



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

M MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 20 - Nº 365 - DE 15 A 29 DE OUTUBRO DE 2008 - R\$ 2,00

Crise capitalista, com seus repiques, expressa a desintegração do capitalismo, que os exploradores pretendem descarregar sobre os explorados

Eleições municipais:

As oligarquias regionais impuseram seus candidatos. PMDB e PT se fortalecem no interior. As esquerdas se adaptaram às disputas regionais. Votos nulos, brancos e abstenções somam 20%.

No 2º turno, vote nulo pelo partido operário revolucionário, contra os partidos burgueses e em defesa do método da ação direta pelas reivindicações das massas.



Greves nos bancários e no funcionalismo

Congresso do POR argentino debate crise mundial e situação na Bolívia

**Bolívia: afinal, o sangue não chegou ao rio.
O MAS num impasse sem igual**

Avança a crise mundial

A crise nos EUA veio se formando há tempo, despontou em junho de 2007 com os primeiros sinais de falência hipotecária e estagnação do crescimento, explodiu no início de setembro, ampliando-se mundialmente e ganhou profundidade com as falências no sistema bancário da Europa, não escapando a esse movimento falimentar o Japão. Em um ano, as Bolsas perderam de conjunto quase metade do valor das ações, considerando o quanto valiam em outubro de 2007. O que essa desvalorização significa? Nada menos do que US\$ 27 trilhões. Cerca de 27 vezes o Produto Interno Bruto do Brasil, ou seja, 27 anos de produção. A Bolsa no Brasil, proporcionalmente foi a que mais perdeu: US\$ 661 bilhões, equivalente a 50,66%. (O Globo, 11/10/2008) Evidencia-se assim que a crise iniciada nos EUA evoluiu para uma crise mundial sistêmica.

As primeiras medidas de socorro a banqueiros e grandes aplicadores foram tomadas pelo Banco Central e Tesouro Nacional norte-americanos. Entre gastos realizados e previstos, o Estado despenderá cerca de US\$ 2 trilhões, ou mais. Mesmo assim, o rastro de pólvora aceso chegou aos mercados de capitais da Europa e do resto do mundo. Os governos das principais potências européias saíram um a um salvando seus bancos, com bilhões de euros. Mas logo viram que a bancarrota era generalizada. Resolveram atender a esta realidade e aos apelos do governo Bush de que os EUA não poderiam arcar sozinho com o desmoronamento financeiro e muito menos escorá-lo de forma a não arrastar a Europa.

A burguesia imperialista e seu segmento financeiro levantaram a bandeira de que era preciso coordenação e um líder mundial para encabeçá-la, numa clara referência à caducidade e desmoralização de George W. Bush. Nicolas Sarkozy, presidente da França e da União Européia, correu a advogar um plano Paulson para o continente. Mas ainda desta vez não despontava o líder almejado. As divergências da chanceler alemã, Angela Merkel, baixaram a crista de Sarkozy. Como fariam um pacote comum, se a situação dos bancos não era exatamente igual? Como explicar à população que o governo alemão não só estava salvando os seus banqueiros como também os banqueiros da Inglaterra etc. Para Merkel, coordenar esforços, sim; socializar perdas entre as potências, não.

Enquanto discutiam como coordenar, a bancarrota avançava. Despontou, então, o líder esperado na Inglaterra, premier Gordon Brown, chefe do partido trabalhista inglês e seguidor das ordens dos EUA. Qual fórmula salvadora ecoou lá da ilha britânica? Entregar dinheiro líquido aos banqueiros, sem demora. Enquanto os banqueiros seguram seus capitais para não se arriscarem na fogueira e asfixiam a economia com redução de circulação de moedas, ou seja, destinadas a empréstimos, o trabalhista Gordon fornece-lhes montanha de dinheiro público. Esse era o estadista que faltava, criativo e destemido – não ficou na demora de Ben Bernanke e Henry Paulson. A grande iniciativa que a oligarquia financeira queria: que os Estados lhe distribuíssem dinheiro vivo imediatamente e garantissem os empréstimos interbancários, em seguida comprassem os títulos podres.

Na sexta-feira, 10 de outubro, estavam reunidos, em Wa-

shington, os Ministros de Finanças e presidentes de Bancos Centrais do G-7. A grande novidade foi o compromisso de recapitalizar os bancos com dinheiro público. Aprovaram cinco metas, mas na essência se adotava a orientação de Gordon. No domingo, 12 de outubro, a reunião de chefes de Estado da União Européia, em Paris, deu seguimento à reunião de Washington e aprovou a linha de Gordon. Cada membro da UEE fará seu pacote, concretizando a diretriz de garantir liquidez aos bancos. No dia seguinte, segunda-feira, as Bolsas, bancos e investidores receberam a notícia de que havia à sua disposição 1,518 trilhão de euros (mais de US\$ 2 trilhões). Ou seja, 198, 5 bilhões de euros para liquidez (recapitalização) e 1,32 trilhão de euros para garantia de empréstimos interbancários.

Somados aos mais ou menos US\$ 2 trilhões dispostos pelos EUA, temos uma intervenção estatal em defesa do capital parasitário sem paralelo na história econômica do capitalismo. Medidas que revelam o tamanho e a profundidade da crise. As Bolsas voltaram à elevação. Mas nem mesmo os analistas otimistas da burguesia – pagos para isso – se animaram a fazer uma previsão de fim da tormenta nas entranhas do capital financeiro e das Bolsas que o espelham.

A megaoperação de socorro aos banqueiros está custando caro aos tesouros públicos. As potências acumulam gigantesca riqueza às custas da exploração da classe operária internacional e da sangria dos países capitalistas atrasados, semicolônias. O parasitismo crescente, que se potenciou nos últimos 30 anos com a crise de superprodução, chegou ao limite máximo da esbórnica. A queima de tamanha riqueza em um mundo cheio de pobreza e miséria das massas é própria do capitalismo da fase imperialista, monopolista e parasitário. Indica a que ponto levou a barbárie e a que ponto ainda poderá levá-la.

A burguesia imperialista se une para salvar não tão-somente os banqueiros, mas essencialmente para garantir a existência do capitalismo. Os governos reuniram trilhões de dólares para injetar nos bancos sabendo que a crise ainda está por vir. O mercado de capitais chegou ao ponto máximo da anarquia impulsionado pela tendência histórica de estagnação dos monopólios e pelas tendências recessivas em ramos fundamentais. Assim como subiu ao topo da especulação se defendendo da impossibilidade de dirigir-se em grande parte para a produção, despencou-se pelo estreitamento do mercado mundial e pela impossibilidade da economia de conjunto desenvolver as forças produtivas.

A hecatombe no sistema financeiro potenciará a crise recessiva. O mundo capitalista está diante da maior crise de sua história. É bem provável que o “crash” de 1929 deixará de ser referência.

A importância da previsão desta possibilidade está em que a vanguarda revolucionária deve se preparar para trabalhar nos seios da classe operária e dos demais explorados com o Programa de Transição da IV Internacional. Trata-se do programa da época de derrocada e barbárie do capitalismo, de retrocesso imposto pela restauração capitalista na ex-União das Repúblicas Soviéticas e de crise de direção. No turbilhão da crise e da luta de classe que aquela desencadeará, temos a tarefa de re-

construir a IV Internacional, ou seja, construir o Partido Mundial da Revolução Socialista.

A crise no Brasil
Governo Lula presta grande serviço à burguesia decrépita.

A pataquada de que o Brasil estava imune à crise durou pouco. Os discursos iniciais do Presidente foram no sentido de que o país havia feito a “lição de casa”, de que os fundamentos econômicos eram sólidos e de que não era justo os EUA, que tanta solidez cobrou de “nós”, agora prejudicasse aqueles que não criaram crise alguma. Otimismo e choradeira de um serviçal do imperialismo.

Não há solidez alguma da economia brasileira, dependente até o fio de cabelo do capital financeiro e das multinacionais.

Os especuladores da Bolsa e as multinacionais já vinham repatriando capitais, quando estourou a crise. No primeiro rompante do desmoronamento bancários nos EUA, com a falência do Lehman Brothers, a Bovespa veio abaixo, acompanhando a queda internacional. Os grandes bancos represaram os financiamentos, os médios e pequenos ficaram na borda da quebra. O dólar disparou em alta. Primeiro a Sadia, em segundo a Aracruz, depois a Petrobrás e, finalmente, a Votorantim apresentaram perda bilionárias com a especulação cambial. Agora, já se estima que cerca de 200 empresas estão na mesma situação – aos poucos, os rombos vão aparecendo.

O que fez o governo reclamante? Permitiu que o capital especulativo saísse voando, que as multinacionais fizessem bilionárias remessas de lucro, que os especuladores brasileiros saíssem ilesos de suas estripulias e que os banqueiros sonegassem liquidez ao mercado. Ao mesmo tempo, editou uma medida provisória que deu poderes ao Banco Central de proteger os parasitas. Liberou R\$ 100 bilhões para o sistema financeiro. Obrigou o Banco do Brasil a comprar carteiras de crédito de bancos problemáticos e facilitou para que os mais poderosos banqueiros façam o mesmo. Está aí o Proer do Lula/PT de apoio aos banqueiros, quando estes se mostram inflexíveis frente à greve dos bancários, cuja direção está nas mãos da burocracia sindical do PT. I. Não parou aí. Abasteceu o BNDES com recursos do FAT e da Previdência e assim subsidia com juros baixos os capitalistas. Foi mais longe, buscou mais de US\$ 1 bilhão do Banco Interamericano de Desenvolvimento. E Guido Mantega, Ministro da Fazenda, exortou o FMI a voltar com os famosos empréstimos.

A crise, sem dúvida, apenas de despontou no Brasil. Mesmo assim o governo serviçal teve de sair em proteção dos parasitas. As vantagens “macroeconômicas” apresentadas pelo governo, como reserva cambial, superávit primário, superávit na balança comercial, capacidade da agroindústria e controle inflacionário nada mais são do que moedas para ajudar os banqueiros internacionais a enfrentar a crise mundial. A economia brasileira não passa de uma jangada no mar revolto.

O otimismo despertado pelos 6% de crescimento no primeiro semestre deste ano cede lugar a novas contas que indicam desaceleração. As empresas não mais apostam tanto em investimento produtivo. A agroindústria se pergunta como ficará a exportação de commodities diante de uma recessão mundial que se avizinha. O PAC, pouco desenvolvido, poderá continuar empacado se o governo tiver de proteger ainda mais os banqueiros. O déficit em conta-corrente pesará decisivamente

na relação dos fatores ligados à dívida pública e ao câmbio. A carga tributária poderá sofrer erosão com a desaceleração, o que atingirá o superávit primário.

Nota-se que o impacto da crise instalada nas potências já foi suficiente para mexer nas relações econômico-financeiras do Brasil.

Para a classe operária o fundamental está no seguinte: quanto mais o governo Lula sujeitar o país às pressões da crise externa e quanto mais ajudar à burguesia, mais terá de atacar as massas e mais colaborará com os ataques dos capitalistas aos empregos e salários. Os trabalhadores se verão diante de grande mudança de conjuntura econômica e política, cujas alterações não podemos determinar o ritmo e profundidade. Mas o correto é esperar o pior.

A vanguarda terá de se organizar firmemente empunhando o Programa de Transição da IV Internacional. É com esse instrumento que podemos ajudar as massas a lutar pelo emprego e salário e permitir que o choque da luta de classe com a grande propriedade privada dos meios de produção se transforme em combate da maioria nacional explorada por sua transformação em propriedade social. Não há como o proletariado se defender da crise sem liderar os demais explorados para a revolução socialista. A crise e os ataques da burguesia facilitarão a aproximação da classe operária com a classe camponesa – união necessária tanto para a defensiva como para a ofensiva contra a burguesia, seu governo e seu Estado.



24.out.1929 Crash leva uma multidão a Wall Street



30.set.2008 Repórteres se aglomeram perto da Bolsa

1º turno das eleições municipais**Prevalecem os grandes partidos burgueses**

Reafirmamos que as eleições são o campo de disputa da burguesia. É o momento em que os embates interburgueses servem para arregimentar o voto das massas exploradas. Investe-se muito dinheiro em favor dos maiores partidos e de representantes que melhor desempenharão a função de defesa da propriedade privada dos meios de produção. Empresas, bancos, agronegócios etc despendem somas volumosas para assegurar seus negócios na partilha do orçamento estatal. Por cima dos interesses da burguesia nacional, estão as diretrizes políticas das potências imperialistas na condução do Estado. O apoio financeiro vem por meio das multinacionais aos partidos mais entreguistas. Nessa arena, vencem os partidos afeiçoados pelo grande capital nacional e estrangeiro. Nas eleições municipais, os prefeitos e as câmaras de vereança das grandes e médias cidades servem de suportes locais para as disputas partidárias em nível de estados e união.

No Brasil, a oligarquização dos partidos políticos expressa a conformação do capitalismo. O zig-zag das alianças eleitorais é um dos sintomas da oligarquização. É o que explica o fato de partidos da base aliada do governo federal comparecerem como oposição nas eleições municipais. O PMDB, que compõe essa base, nas eleições municipais esteve aliado a partidos que fazem oposição ao governo, a exemplo do DEM e PSDB. Os partidos menores ou ditos de esquerda, como o PSOL, reproduzem essa característica nas alianças locais. É que se passou em suas coligações. As eleições em dois turnos permitem que os partidos que em um primeiro momento estavam separados e se acusavam mutuamente se juntem. A eleição se resume a dois blocos e a população é chamada a depositar seu voto em um dos lados. Vencem as eleições os grandes partidos.

O resultado das eleições municipais já no 1º turno indicou que o PMDB foi o que mais conquistará prefeituras, 1.193. Cresceu pouco em relação a 2004, de 1059 para 1193. O PSDB perdeu 10%, ficando com 778, mas permanece como o segundo partido em número de prefeituras. O PT tinha 411 e passou para 545. O PDT estava com 307 e ficou com 340. O PSB foi o que mais cresceu, de 175 para 308. O mesmo ocorreu com o PCdoB, que tinha 10 e ficou com 39. O DEM perdeu 37% - 789 para 491. O PP administrava 551 e passou para 545. O PPS perdeu 57%, 308 - 130. Em número de votos, o PMDB conseguiu 18,4 milhões. O PT, com 16 milhões. O PSDB, 14,4 milhões. O DEM, com 9,2 milhões votos. O resultado do segundo turno em algumas capitais possibilitará mudanças no montante de votos, mas a tendência é a de que o PMDB, PT, PSDB e DEM permaneçam como os quatro maiores partidos. Se levarmos em consideração as capitais, o PT ganhou em 6 - Rio Branco, Palmas, Fortaleza, Recife, Porto Velho e Vitória. Disputa o segundo turno em São Paulo, Porto Alegre e Salvador. O PMDB, PSDB e PSB venceram em 2 cada um. O PMDB disputa o segundo turno em Belém, Porto Alegre, Florianópolis, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. O que poderá colocá-lo em primeiro lugar no número de prefeituras das capitais.

O PSDB concorre em São Luís e Cuiabá. O DEM só disputa em São Paulo. Dos partidos menores, o PV concorre com o PMDB para a prefeitura do Rio de Janeiro; o PSB disputa com o PMDB em Belo Horizonte; em Macapá, o PSB disputa com o PDT e, em Manaus, o PSB com o PTB. O PCdoB concorre com o PSDB em São Luís.

PSOL e PSTU nas eleições

O PSOL lançou candidaturas próprias em 22 capitais. Em Belo Horizonte e Aracaju apoiou a candidatura do PSTU e em Macapá esteve com o PSB. Em Palmas, não houve candidatura do PSOL. Para esse partido, a política de alianças tem dois objetivos: a) alianças “estratégicas”; b) alianças “táticas”. Segundo sua II Conferência Nacional Eleitoral, os aliados táticos são aqueles que não estão em contradição com o programa do partido e de seus princípios. Diz que não faz alianças com o PSDB, DEM, PMDB, PT e os partidos mensaleiros. E que manterão a composição da Frente de Esquerda de 2006, com PSTU e PCB. Está aí uma resolução eleitoral que permitiu a composição com partidos, que apóiam o governo, a exemplo do PDT, PSB, PCdoB, PTN, PMN, PV, PPS. Eis alguns exemplos: Em Macapá, o prefeito era do PSB e o vice do PSOL. Em Porto Alegre, o prefeito era do PSOL e o vice do PV. Em Embu das Artes (SP), o PSB encabeçou a chapa com o PSOL. Em Ribeirão Preto (SP), o PSOL se juntou ao PCdoB. No município paulista de Casa Branca, o PMN dirige a coligação com o PSOL. Nas cidades baianas como Arataca e Mucuri, o PSOL estava coligado com o PDT. Isso demonstra o quanto o PSOL aprendeu com o eleitoralismo do PT. Não faz alianças com o governo, mas se juntou com o PCdoB que é carne e unha do PT. Anuncia que não faz coligações com os partidos mensaleiros, mas agarrou no PDT de Paulinho da Força Sindical. O fato é que as alianças “estratégicas” e “táticas” permitem acordos com partidos burgueses. O PSOL indicou 286 prefeitos, 265 vices e 2635 vereadores.

O PSTU fez parte da Frente de Esquerda (São Paulo, Manaus, Bahia, Fortaleza, Aracaju, Teresina, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Goiânia, Belém, João Pessoa e Curitiba). Em outras capitais, esteve coligado somente com o PCB (Maceió e Porto Alegre). Teve candidaturas próprias em Macapá, São Luís, Campo Grande, Recife, Rio Grande do Norte e Florianópolis. Para o PSTU, a Frente de Esquerda era a composição preferencial, enquanto que para o PSOL era uma das possibilidades eleitorais. O PSTU, como partido centrista, aliou-se com os setores descontentes que romperam com o PT (PSOL) e com o estalinismo, o PCB. Foi rejeitado na pretensão de constituir uma Frente de Esquerda em todos os lugares com o PSOL e PCB, que estavam juntos nas eleições de 2006.

A votação do PSOL e do PSTU foi muito pequena. Nas capitais, o PSOL conseguiu apenas 8 vereadores. O PSTU não teve vereadores. O percentual de votos nos prefeitos da Frente de Esquerda foi entre 0,2% (Manaus) e 5,67% (Fortaleza). Em São Paulo, o candidato a prefeito Ivan Valente (PSOL) alcan-

çou 42.616 votos, 0,67%. A candidata do PSTU à prefeitura em Porto Alegre, Vera Guasso, foi a que obteve o maior número de votos, 6.174 (0,78%). A aliança era com o PCB e fazia oposição ao PSOL de Luciana Genro. Entre os candidatos a vereador nas capitais, Heloisa Helena (PSOL-Maceió) foi a mais votada, com cerca de 30 mil votos. O candidato a vereador do PSTU, no Rio de Janeiro, foi o que obteve o maior número de votos (9.538). O que se nota é que os candidatos mais votados foram os que já tinham se candidatado em eleições passadas, sendo que Heloisa Helena foi candidata à Presidência da República. ou eram conhecidos pela participação sindical.

O PSTU lamenta o fato do PSOL não aceitar a Frente de Esquerda em algumas capitais, a exemplo de Porto Alegre. E elogia a conduta do PCB: “A candidatura da Frente foi um marco na cidade porque manteve a coligação com o PCB, apesar da negativa do PSOL em construir essa alternativa”. Denuncia a conduta do PSOL, que recebeu dinheiro de empresários. Porém, a crítica que faz a não constituição da Frente na capital gaúcha passa a ser elogio no Rio de Janeiro. “Chico Alencar (PSOL) e Vera Nepomuceno (PSTU) fizeram uma bela e animada campanha”. Cyro Garcia disse que essa foi uma das “maiores campanhas eleitorais que o partido já realizou no Rio”. Na verdade, a Frente de Esquerda colocou o PSTU sob a direção do PSOL, na maioria dos locais. O PSOL, por sua vez, recusou a frente onde poderia sair com partidos burgueses. O resultado eleitoral pequeno da Frente de Esquerda não possibilitou a vitória de vereadores do PSTU. Uma campanha eleitoral sob a política reformista do PSOL não ajuda a luta pela independência da classe operária e os demais trabalhadores oprimidos frente aos partidos da burguesia. Não é capaz de se diferenciar das campanhas dos partidos oficiais. É o que assistimos com as propostas de Ivan Valente em São Paulo, em relação à educação, saúde e transporte. Sequer defendeu a estatização dos serviços públicos, nos moldes do PT das origens. Por outro lado, a campanha eleitoral do PSTU ficou no marco do sindicalismo.

Pobres e miseráveis são arrastados

A campanha governamental e da imprensa serviu para alimentar o democratismo burguês. Os escândalos de corrupção deixaram de vir à público e a propaganda eleitoral tomou conta das ruas e dos meios de comunicação. O alvo era a população pobre e todas as promessas eram endereçadas às massas miseráveis. Os candidatos percorreram as vilas operárias, fábricas, feiras, centros comerciais, escolas etc com o mesmo intuito: arrastar por trás de si os pobres. Calou fundo a farsa de que ninguém poderia deixar de votar ou perder seu voto. Contribuíram também as Igrejas e as burocracias sindicais e populares. A despolitização é muito grande e, com isso, as massas exploradas foram conduzidas ao circo das eleições. Os votos nulos, brancos e abstenções somados representaram cerca de 20% dos eleitores. Manteve a mesma proporção em relação às eleições de 2004. Os partidos da burguesia temem a indiferença como a população recebe as eleições. Para motivá-la, cria-se um clima artificial de disputas e polarizações. Não querem aparecer como farinha do mesmo saco. A esquerda com a condição legal de intervir nas eleições se mostra adaptada às regras eleitorais e às pressões que a burguesia exerce sobre os explorados.

Bahia

O que foi o debate eleitoral

No dia 21 de setembro, realizou-se um debate eleitoral entre os candidatos a prefeito de Salvador, com a presença de Hilton Coelho (PSOL), da Frente de Esquerda, Walter Pinheiro (PT), o atual prefeito João Henrique Carneiro (PMDB), Antônio Imbassahy (PSDB) e ACM Neto (DEM). Salvador tem um eleitorado de 1.737.027, um orçamento de 1,8 bilhão e profundas contradições sociais, derivadas da estrutura econômica.

Uma pesquisa do Ibope, divulgada antes do debate, indicava ACM Neto (DEM) com 26%, Antonio Imbassahy (PSDB) com 18%, João Henrique (PMDB) com 14%, Walter Pinheiro (PT) com 16% e Hilton Coelho (PSOL) com 3%, sendo 10% de indecisos e 13% de brancos e nulos. Já pelo Datafolha, ACM Neto aparece com 27%, João Henrique 22%, Walter Pinheiro 20%, Imbassahy 14%, Hilton 3%, brancos 9% e indecisos 5%.

Falência da Frente de Esquerda

Todos os candidatos, inclusive o da Frente de Esquerda, mostraram ao longo da campanha eleitoral algo em comum: o fato de se colocarem à disposição para administrar a máquina estatal burguesa, na atual crise do capitalismo, defendendo um conjunto de propostas (verdadeiras promessas) para a solução de problemas como saúde, educação, emprego e segurança. Portanto, além de se colocarem como os melhores gestores do Estado de classe, semeiam a ilusão entre as massas de que é possível solucionar os problemas mais sentidos pela população, através do mecanismo das eleições e da democracia burguesa, sem mobilização e sem luta de classes.

O debate se centrou em acusações mútuas entre os candidatos. Repetiam constantemente que o problema não era dinheiro, mas o estilo de gestão pública em voga e que, com métodos modernos de administração, conseguir-se-á debelar os graves problemas sociais. O atual prefeito João Henrique (PMDB), candidato à reeleição, acusou Walter Pinheiro (PT) de traição, afirmando que o mesmo não tinha qualquer condição de criticá-lo, tendo em vista que até as vésperas das eleições o PT compunha o governo municipal, dirigindo secretarias importantes como as da Saúde e Educação. Pinheiro (PT) realçou a farsa das campanhas publicitárias do prefeito, que afirmava estar construindo mais de 1.000 casas populares, sem qualquer veracidade.

João (PMDB) disse que recebeu a prefeitura falida pelo prefeito anterior, repleta de dívidas, e que o candidato Imbassahy (PSDB) demitiu mais de 5.000 mil trabalhadores do município no final do mandato, além das denúncias de desvio de verbas da saúde e corrupção generalizada. Por outro lado, Hilton Coelho (PSOL) ficou na denúncia genérica da especulação imobiliária em Salvador e cobrou ingenuamente do arauto da moralidade pública, ACM Neto (DEM), que solicitasse do governador da Bahia, Jacques Wagner, a investigação da conduta criminosa da oligarquia da qual fazia parte seu avô falecido, ACM, quando esteve à frente da máquina pública baiana.

De maneira geral, o debate confirmou os traços comuns de todos as candidaturas a prefeito, incluindo a da Frente de Es-

querda, apoiada pelo PSTU, como também demonstrou a falência da democracia burguesa e a tremenda crise do Estado, em meio à crise econômico-financeira, que afeta a economia internacional. Não há diferença real entre as candidaturas, quanto a caracterização do Estado, da democracia e das eleições, a não ser as pinceladas reformistas do candidato do PSOL, que sequer tem denunciado o caráter de classe dessas instituições ou combatido a grande propriedade privada dos meios de produção.

A Frente de Esquerda em Salvador, composta pelo Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) lançou o candidato Hilton Coelho (PSOL) como alternativa as demais candidaturas, associadas ao grande empresário local. Ocorre que a constituição da Frente em todo o país tem sido marcada por propostas que se conformam inteiramente à gestão do Estado burguês em crise, configurando-se como uma aceitação tácita do caráter neutro do Estado, na medida em que se supõe que possa ser utilizado, através da conquista eleitoral, para atender aos interesses das massas.

Com isto, a Frente de Esquerda se afasta inteiramente de uma candidatura socialista e revolucionária, que deve ter como objetivo exatamente o contrário do que a frente fez, ou seja, o marxismo tem mostrado que a democracia formal burguesa é a melhor forma da classe dominante manter o controle político-ideológico e a exploração econômica sobre os trabalhadores. Para o marxismo, as eleições podem ser utilizadas, desde que existam ilusões democráticas entre as massas, unicamente para realizar a denúncia do caráter de classe do Estado, das eleições e da democracia dominantes, para superar as ilusões democráticas das massas e defender as reivindicações e a vida dos trabalhadores. Além disso, toda a conduta dos candidatos revolucionários deve estar subordinada à luta das massas e à ação direta como as greves, ocupações, manifestações.

O PSTU tem constituído as frentes eleitorais com o PSOL sem um programa de classe, sem qualquer traço proletário, alimentando as ilusões das massas e contribuindo para incrementar as pretensões político-eleitorais do PSOL, tal como fazia na época em que defendia a regeneração do Partido dos Trabalhadores. Lembre-se que até pouco tempo (2002), o PSTU apoiou criticamente a candidatura de Lula, mesmo sabendo dos compromissos do PT com a “Carta aos Brasileiros”, com os capitalistas e o grande capital internacional, e os financiamentos do agronegócio e do capital financeiro. Além disso, o PSTU tem mantido a frente com o PSOL, mesmo depois deste partido ter recebido 100 mil reais de um grande grupo capitalista (Gerdau) à campanha de Luciana Genro no Rio Grande do Sul.

Pelas suas condições atuais, o POR não tem possibilidade real de lançar candidaturas revolucionárias, tendo em vista as formalidades e controles impostos pela democracia e pelas leis dominantes, que exigem o abandono do programa revolucionário e a adaptação aos ditames da Constituição para a legalização de um partido marxista.

De qualquer forma, o POR tem denunciado a adaptação das correntes que se reivindicam marxistas ao eleitoralismo e ao reformismo e o papel que cumprem na atual dinâmica capitalista.

Ceará: CUT, lideranças de bairro e assistencialismo reelegem o PT

A eleição municipal em Fortaleza foi caracterizada pela disputa interburguesa pela máquina da prefeitura, refletindo a polarização da disputa nacional entre a base governista e a oposição burguesa DEM/PSDB, preparando para as eleições presidenciais em 2010.

No Ceará, o partido que mais cresceu foi o PT com 15 prefeituras e a base aliada do governo federal, o PMDB, PSB e PCdoB ficaram com 33, 22 e 2 prefeituras respectivamente. O PSDB foi o que mais perdeu espaço no interior do Estado, agora possui 51 prefeituras, embora continue com o maior número sob seu controle.

O crescimento do PT no Estado reflete a política assistencialista do governo federal e as campanhas milionárias, que contou com o apoio das frações oligárquicas locais, o dinheiro da CUT, CTB e dos sindicatos filiados a estas, além do uso da máquina e do dinheiro público como fazem os partidos tradicionais da burguesia. O PT venceu nas duas principais cidades do Ceará, Juazeiro do Norte e Fortaleza, sendo que na segunda a disputa foi mais acirrada, pois PSDB, DEM e PDT, opositores à administração Luiziane Lins, estiveram juntos nos ataques ao governo petista.

Apesar de toda campanha do TRE e da imprensa burguesa, que alimentou a ilusão dos oprimidos na farsa eleitoral lhes dizendo que com o simples apertar de um botão mudariam suas vidas, não conseguiram modificar o quadro dos votos nulos e das abstenções em Fortaleza. Os votos nulos ficaram em torno de 5,02%, quase repetindo o mesmo percentual do último processo eleitoral, enquanto que as abstenções tiveram um aumento de 13% para 14% e os votos brancos diminuíram 2,30% em relação às eleições de 2004.

A vitória de Luiziane Lins/PT no primeiro turno com 50,1% dos votos válidos, reflete a política assistencialista do governo municipal como o congelamento do preço da passagem (muito embora com isenção fiscal para os empresários), a tarifa social aos domingos, casas populares, uma enxurrada de festejos e a cooptação de lideranças dos movimentos populares com a distribuição do excesso de cargos comissionados na prefeitura etc. A verdade é que as massas ainda têm ilusão na administração petista.

Já a candidatura de Patrícia Sabóia/PDT obteve 15,4%, embora tenha tentado fazer uma vinculação com o governo federal, a de Moroni Torgan/DEM obteve 24,9% dos votos e a candidatura de Renato Roseno representando a frente de esquerda PSOL/PSTU obteve 5,66%. Na câmara de vereadores, houve uma renovação de 60,79%. O PT passou de 3 para 4 vereadores, o PCdoB retrocedeu, tinha dois agora ficou com um e o PSOL conseguiu eleger um vereador, sendo o mais votado de Fortaleza, o ex-deputado federal João Alfredo, ex-DS/PT.

A Frente de Esquerda expressou sua fragilidade ao não denunciar as eleições como uma política de dominação da burguesia, oposta às necessidades reais dos explorados e à sua mobilização. Renato Roseno se limitou a fazer proposições à administração petista atacando as candidaturas burguesas, mas fazendo críticas tímidas ao governo de Luiziane. O PSTU se subordinou ao PSOL e ao programa reformista.

A intervenção do Partido Operário Revolucionário (POR) se deu através de materiais distribuídos e colados pela cidade além da formação do comitê pelo voto nulo programático, onde pudemos discutir as tarefas dos revolucionários e a farsa das eleições burguesas. A campanha pelo voto nulo defendeu junto aos trabalhadores e à juventude que só através da mobilização e da ação direta será possível conquistar o emprego, saúde e educação e construir outra sociedade, sem exploradores sem explorados.

Paraná:**Recomposição de forças oligárquicas**

Concluído o primeiro turno, o resultado que mais chamou a atenção da burguesia paranaense é a derrota dos candidatos apoiados pelo governador Roberto Requião (PMDB). Alguns na sua euforia chegaram a celebrar o fim de “um ciclo da história política do Paraná, que há mais de duas décadas se mantinha assombrada com a presença de Requião na linha de frente”.

A totalização dos votos indica que o PMDB conseguiu o comando de 136 prefeituras (nas eleições anteriores ficaram com 122) contra 39 do PSDB. Entretanto, a soma dos votos dos candidatos do PSDB foi de 1.033.000 contra 778.451 do PMDB. Para se ter idéia desses números, somente o Beto Richa do PSDB teve 778.514 votos, ou seja, quase o mesmo que todo o PMDB.

Outro dado também celebrado pela burguesia paranaense é a derrota do PT nas principais cidades do Estado, inclusive onde estavam no comando da Prefeitura. O PT perdeu em Curitiba, Londrina, Maringá, Foz do Iguaçu, Cascavel e Ponta Grossa.

Ascensão de Beto Richa

A esmagadora vitória de Beto Richa com 77,27% dos votos válidos o colocou como o candidato com mais chances de disputar o governo do estado em nome da oposição a Requião. Ele teve o apoio do PPS de Rubens Bueno e, principalmente, do PDT de Osmar Dias (derrotado por Requião na última eleição para governador por escassos votos). Osmar contou com o apoio de Beto Richa e do PSDB (onde também se hospedam o senador Álvaro Dias – seu irmão – e outros candidatos ao cardinalato tucano, como o deputado Gustavo Fruet), para disputar a eleição de 2010.

Contudo, o pragmatismo das oligarquias paranaenses – que tradicionalmente tentam se alinhar com o poder central – já lhes permitiu perceber que, no quadro aberto pela provável vitória do afiliado do governador José Serra em São Paulo, é preferível ter um candidato do PSDB que monte o palco para o governador de São Paulo enfrentar o candidato oficialista à Presidência da República.

Este pragmatismo é o mesmo que se manifesta dentro do PMDB, no qual alguns setores já postulam a possibilidade de se aliar detrás de Beto Richa. Eles atribuem o fracasso do candidato do partido à ditadura do governador Roberto Requião, que enfiou goela abaixo o seu candidato, o inexpressivo ex-reitor da UFPR, que obteve 1,9% dos votos.

As eleições são o campo por excelência da burguesia, coisa que os reformistas e centristas escondem. É mediante as eleições que se constitui a cúpula do Estado burguês. E o resultado do primeiro turno no Paraná indica que se abre a possibilidade de recompor a velha aliança entre o PSDB, PFL e PMDB que governava antes do governo Lula/PT.

O desempenho do PT foi pífio. No computo geral, o PT ficou em quinto lugar com 32 prefeitos, embora tivesse utilizado todo apoio do Planalto e dos recursos políticos e materiais das prefeituras que administravam.

As abstenções em Curitiba, Londrina e Maringá ficaram pouco acima de 16%, os votos nulos entre 3% e 4% e os brancos entre 2% e 2,17%

São Paulo**Apesar de Lula, PT perde para o DEM**

Na capital, concorreram à prefeitura Gilberto Kassab (DEM), Marta Suplicy (PT), Geraldo Alckmin (PSDB), Paulo Maluf (PP), Soninha Francine (PPS), Ivan Valente (PSOL), Renato Reichmann (PMN), Edmilson Costa (PCB), Ciro Moura (PTC) e Anai Caproni (PCO). Em todo o período eleitoral, inclusive nas pesquisas de boca de urna, o PT estava em primeiro lugar. O PSDB se dividiu entre o apoio a Kassab e a seu candidato. Serra defendeu a aliança com o DEM e nada fez para potenciar a candidatura de Alckmin, que estava na frente de Kassab no início da campanha. Por sua vez, o DEM utilizou a estrutura da prefeitura para realizar uma campanha milionária pela reeleição de Kassab. O resultado do 1º turno surpreendeu até o PT. Kassab ficou com 33,76% e Marta, 32,56%. O PSDB se resumiu a 22,48%; o PP, 5,91%; o PPS, 4,19%; o PSOL, 0,67%. Os votos nulos, 4,58%; brancos, 3,34%; abstenções, 15,67%, um pouco acima da média nacional.

Os votos de Marta Suplicy se concentraram nos bairros pobres, zonas leste e sul. Enquanto que os de Kassab, nas regiões centrais e nos bairros mais ricos. Em relação ao conteúdo da propaganda eleitoral, não havia diferenças. Kassab reafirmava seu êxito na prefeitura e Marta pedia para que o povo desse mais uma chance para que pudesse completar seu governo. Foram duas campanhas milionárias.

Frente de Esquerda sem ataque ao capitalismo

A Frente de Esquerda (PSOL-PSTU) não fez uma denúncia contra o capitalismo, não atacou os partidos burgueses como algozes do povo e sequer defendeu reformas sociais. Ivan Valente se limitou a denunciar que o financiamento de campanhas é privado, para concluir que o processo é desigual. Reclamou do cancelamento do debate da Rede Globo e, no final, disse que esperava solucionar o problema da saúde com a “implantação total do Sistema Único de Saúde (SUS) e renegociar a dívida pública com o governo federal”. O que mostra o quanto o PSOL é eleitoreiro e o quanto está comprometido com a manutenção da ordem econômica capitalista. As promessas do PSOL pouco se diferenciavam das do PT e de outros partidos oficiais. A baixa votação da Frente de Esquerda impediu a eleição de vereadores. A campanha do PSTU pelo candidato a vereador, Dirceu Travesso, também teve o mesmo destino e conseguiu 4.164 votos, 0,07%.

No estado de São Paulo, dos 638 municípios, o PSDB teve a maioria das prefeituras, 201. Mas ficou abaixo do que já possuía, 214. O DEM ficou em segundo lugar, 75. Suas maiores vitórias serão a reeleição na capital e a prefeitura de Ribeirão Preto. O PMDB conseguiu a terceira posição, 69, perdendo 21 em relação a 2004. O PT alcançou 61 prefeituras, ampliando em 9 cidades. Esses dados poderão alterar em função do segundo turno, onde o PT concorrerá em grandes cidades, como São Paulo, Guarulhos, São Bernardo, Santo André, Rio Preto e Mauá. Derrotar a coligação DEM/PSDB, será a maior vitória para o PT em São Paulo. Para isso, armou uma escuderia com ministros, prefeitos, governadores e Lula. Tudo indica que Kassab continua à frente de Marta.

Rondônia, Porto Velho

Reelege o PT com o assistencialismo lulista

Disputaram as eleições em Porto Velho sete candidatos. Desde o início da campanha o atual prefeito, candidato a reeleição Roberto Sobrinho/PT, esteve sempre à frente nas pesquisas de intenção de voto. A coligação “Roberto de Novo com a Força do Povo” era composta pelos partidos PT, PMDB, PP e PRTB.

Nestes quatro anos à frente da prefeitura, Sobrinho aumentou duas vezes a tarifa de ônibus, manteve o arrocho salarial dos servidores do município, principalmente da educação porque tem a burocracia conciliadora do Sintero a seu favor, arrancou os camelôs das calçadas e praças da capital a pontapé pela polícia, retirou o auxílio transporte dos professores do ensino rural. Em contrapartida, manteve todos os programas assistencialistas do governo Lula, do bolsa família ao da juventude cidadã, projuvem etc. É o que justifica a expressiva votação na reeleição. Roberto Sobrinho bateu duro em uma das partes pobres da população para defender os comerciantes e afagou as demais partes com os recursos assistencialistas do governo Lula. Nas eleições, pôde mentir à vontade.

Nas últimas semanas de campanha, o candidato a prefeito Alexandre Brito (PTC) denunciou Roberto Sobrinho de usar diversos esquemas de corrupção, tais como: nepotismo e desvios de dinheiro público para benefício próprio. Apesar destas denúncias, Roberto Sobrinho se elegeu com 119.896 votos, equivalente a 59,51%. O segundo colocado, Lindomar Garçon (PV), apoiado pelo governador Cassol, contou com 18,47%. O terceiro, foi o candidato do PCdoB, David Chiquilito, 8,49%. Mauro Nazif (PSB), 8,43%; Alexandre Brito (PTC), 2,33%; Hamilton Casara (PSDB), 1,84% e Adilson Siqueira (PSOL) conseguiu 0,93%. Os votos brancos alcançaram 1,67%, nulos 3,50% e abstenções 15,30%. Destaca-se o fato do PSOL mostrar-se totalmente adaptado ao eleitoralismo.

PSTU e a coligação do diretório de Porto Velho com partidos burgueses

O PSTU não conseguiu se unir ao PSOL, mas nem por isso deixou de se enfiar numa enrascada. O seu diretório municipal estabeleceu uma coligação com partidos da burguesia. A direção nacional do PSTU foi obrigada a entrar na justiça para anular o acordo eleitoral e expulsar os militantes.

A nota “PSTU entra na justiça contra coligações indevidas” explica que seus militantes contrariaram a orientação do congresso. A pergunta que qualquer marxista se faz é por que seus militantes assumiram uma posição tipicamente dos partidos burgueses.

Entendemos que tal violação se explica pelo fato do PSTU não se organizar como partido leninista, portanto sob o Programa de Transição da IV Internacional. Como partido centrista, é frouxo nos princípios organizativos. Em momentos eleitorais, aglutina carreiristas e arrivistas que não encontraram guarida em um dos partidos burgueses.

O fato do PSTU realizar alianças com o PSOL e este fazer alianças com partidos da burguesia também constitui uma violação dos princípios da classe operária. Essa conduta coloca o PSTU fora da tática marxista de intervenção revolucionária nas eleições, que é o campo de dominação burguesa. A sua direção não explica onde está a coerência de sua tática frente a um PSOL que defende posições reformistas, se vincula a partidos capitalistas, a partidos da base do governo e que recebe dinheiro de empresários.

A expulsão foi necessária para se preservar a posição centrista de esquerda. No entanto, não solucionará o problema. Para isso, a ala que ainda se reivindica do trotskismo teria de romper com o centrismo, sob a base do Programa de Transição, da concepção leninista do partido e da crítica política.

Natal – Rio Grande do Norte Abaixo a farsa eleitoral

As eleições servem para decidir qual grupo dominante controlará o Estado e, assim, terá um instrumento a mais para se enriquecer. Nenhum problema dos trabalhadores será resolvido, pois o problema não é de administração.

Vivemos em uma sociedade capitalista. No capitalismo há duas classes principais: a burguesia e os trabalhadores. Os bandos da burguesia lutam entre si pelo controle do governo para favorecer aos seus interesses e se enriquecerem. Por isso que, sob o capitalismo, as eleições são marcadas pelo poder econômico. Não é só uma enxurrada de dinheiro que é gasta. Geralmente, também é o poder econômico dos candidatos que determina sua eleição ou não.

Os candidatos diretos da burguesia (PMDB, PSDB, PSB, DEM, PV, etc) mentem para os trabalhadores dizendo que o problema é de administração. Quando chegam lá, nada muda. Os salários continuam baixo, as passagens continuam subindo, a educação precária, o saneamento básico não é prioridade etc.

Os candidatos dos partidos de alugueis como o PTC, PSL, etc são aproveitadores que vêm as eleições como o meio mais fácil e rápido de ganhar dinheiro, e mudar de vida. A esquerda oficial (PCdoB e PT) há muito tempo traíram os anseios dos trabalhadores. Postaram-se como alternativa de mudança e hoje o que vemos? Os petistas e “comunistas” governam para a burguesia. Dizem que estamos em crescimento econômico, o desemprego diminuiu, a educação está alcançando os índices internacionais. De que país eles estão falando? Ninguém sabe.

Há crescimento econômico? Os trabalhadores só vêm os preços dos alimentos nos supermercados aumentarem. O desemprego diminuiu? Não. No Rio Grande do Norte, a violência tem tomado conta dos ônibus, disparado em tiroteio nas avenidas, a prostituição e o tráfico de drogas está por todos os lados.

O PSOL quer resgatar o PT das origens. Não sabe que o PT do passado resulta justamente no PT de hoje? A idéia de tentar dirigir o Estado em prol dos trabalhadores sem acabar com o poder da burguesia, conduziu o PT para dentro do sistema burguês. O PSOL nem sequer chegou ao tamanho do PT e já faz alianças com os partidos burgueses como o PV e PSB (Porto Alegre e Macapá).

O PSTU não diz uma palavra sobre a necessidade dos trabalhadores destruírem o poder da burguesia. Com o seu “realismo”, o PSTU tem se postado com a tentativa de demonstrar que suas propostas são viáveis. Não diz nada sobre a necessidade da ruptura violenta. “É para não assustar os trabalhadores... eles não estão preparados”. Na verdade, é o próprio PSTU que é assustado com a idéia da revolução. O seu “Contra burguês vote 16” não passa de palavreado eleitoral, pois não traduz em propostas de ruptura com o poder burguês.

Os trabalhadores não devem confiar nestes candidatos. As eleições não resolvem nada. Os trabalhadores devem confiar somente em suas próprias forças. É na organização e luta coletiva nas ruas que os trabalhadores conquistam suas reivindicações. Não precisamos de políticos profissionais para

nos representar. Ao contrário, a democracia se realiza no exercício direto do poder pelos próprios trabalhadores.

O POR se colocou pelo voto nulo

Pelo fim do dinheiro de representação: nada de salário para vereador ou prefeito. Que todos trabalhem! Salário mínimo real que dê para sustentar uma família de pelo menos 4 pessoas. Educação e trabalho para todos os jovens. União da Teoria e prática na educação. Um tempo na escola e outro na produção (trabalho). Que o jovem receba por isso de acordo com as suas necessidades. Municipalização dos transportes coletivos sobre controle dos trabalhadores. Passe livre para estudantes e desempregados.

Eleições municipais em Natal (RN): PV e DEM na prefeitura

A candidata do PV Micarla de Souza foi eleita com 193.195 (50,84%). Teve como principal apoio o DEM partido do descendente da ditadura militar José Agripino Maia. A vitória de Micarla (PV) se deu pela rejeição do acordão feito pelo PT.

A derrota de Fátima Bezerra PT apoiada pelas oligarquias Alves, Maia fechou o ciclo eleitoral do PT em Natal como partido da ética e moralidade.

O PT e seus aliados colocaram em andamento uma máquina econômica sem precedentes, na campanha eleitoral financiada também pela CUT e sindicatos. O apelo na campanha da Fátima Bezerra vinha no sentido de mostrar que o PT estava pronto para administrar Natal, agora com a benção dos caciques da política local. Caciques que há alguns anos eram denunciados e tidos pelo PT e seus sindicatos como reacionários, corruptos e inimigos dos trabalhadores.

Fátima obteve 139.946 votos (36,63%) e foi derrotada no primeiro turno. O PT não conseguiu reeleger os vereadores na capital ficando sem nenhuma representação na Câmara.

Este cresceu no interior do estado onde passou de duas para quatro prefeituras. Isso depois de fazer alianças com PSDB e DEM.

O PSOL lançou como candidato o Sandro Pimentel, que obteve 3.005 votos (0,79%). Sua campanha foi caracterizada pelo oportunismo eleitoral. Nos debates, pretendia aparecer como o mais conhecedor do gerenciamento dos recursos públicos, portanto, mais preparado.

Em seu horário eleitoral e durante toda a campanha este mudou o tom de suas críticas. Antes denunciava o PT como partido corrupto, depois já não poderia mais utilizar-se deste argumento uma vez que já carrega nas costas a mancha de receber dinheiro de empresários.

No estado, o PSOL é montado por velhas burocracias carreiristas que se sentindo alijadas do PT se encostaram em mais um partido de ordem reformista. Pretendem fazer da figura do Sandro Pimentel um "representante da esquerda" e, com isso, dá andamento aos seus anseios carreiristas.

A candidatura do PSTU, encabeçada pelo professor Dário Barbosa, foi um fracasso eleitoral. Os 1.692 (0,45%) obtidos pelo

PSTU (ficando atrás de candidatos folclóricos como Miguel Mossoró) reflete o momento de crise em que vive. Esse partido dirige em Natal sindicatos como o Sindsaúde/Sind. Bancários/Sindsef), dirige a Conlutas e Conlute e afirma categoricamente que os trabalhadores estão rompendo com as burocracias e indo para "seus" instrumentos de luta e no entanto não conseguiu canalizar e transformar tudo isso em votos.

Isso é a expressão da justeza de nossa avaliação onde afirmamos que a Conlutas e Conlute não passam de um existismo do PSTU. São pequenos aglomerados de representantes sindicais que não reflete uma atuação e participação da base.

O POR atuou denunciando a farsa eleitoral do regime burguês como parte da democracia burguesa. Colocando para os trabalhadores que os problemas que nos atingem como fome, arrocho salarial e desemprego não serão resolvidos nos marcos desta democracia. Chamamos o voto nulo programático e a formação de um comitê em defesa do voto nulo.



Lula veio a São Paulo apoiar Marta do PT...



... foi ao Rio apoiar o PMDB (ex-PSDB)...



... que na Bahia é apoiado pelo DEM, adversário de Marta em São Paulo.

Trabalhadores vão à luta

Bancários em greve

Os bancários estão há uma semana em greve nacional. Exigem a reposição da inflação e 5% de aumento real (13,23%), a participação nos lucros de três salários mais 3.500 reais fixos. Os banqueiros estão intransigentes e oferecem 7,5%. As assembleias rejeitaram a proposta da patronal. Inicialmente, decretaram uma paralisação de 24 horas.

Paralisação por 24 horas demonstrou disposição de luta

A greve por tempo determinado atingiu 22 capitais e centenas de municípios, o que demonstra a enorme disposição para a luta. No final da mobilização, os bancários de Brasília, Rio Grande do Norte, Maranhão e Rio de Janeiro decidiram pela continuidade da greve.

A paralisação foi forte nos bancos públicos, Caixa Econômica, Banco do Brasil. Nos privados, houve repressão aos piquetes. Mesmo assim, agências do Banco Real e Santander foram fechadas em São Paulo. Em Curitiba, 141 bancos realizaram a greve, segundo a burocracia do sindicato. Em São Paulo, 202 locais da Caixa Econômica Federal paralisaram.

Os donos de bancos se utilizam da Justiça para obter liminares contra a greve, o chamado interdito proibitório. Por meio desse instrumento anti-greve, são cobradas multas diárias ao sindicato, caso a agência seja fechada pelos grevistas. O Bradesco e o HSBC foram os primeiros a conseguir a liminar para impedir a greve.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf), dirigida pela CUT, colocou-se contra a realização de uma assembleia no final da paralisação para decidir a continuidade do movimento. Defendeu a paralisação com o argumento de que bastaria essa pressão para que os banqueiros abrissem a negociação. Limitou a greve a 24 horas e deu uma trégua até o dia 7 de outubro, quando novas assembleias foram convocadas.

Mais uma demonstração: greve por tempo indeterminado

Depois de uma semana de greve, o balanço dos estados e das regiões é extremamente positivo. Apesar das ações judiciais, das ameaças dos banqueiros e da campanha pró-patronal, os bancários estão nas ruas e as agências continuam sendo fechadas pela ação dos piquetes. As assembleias do dia 13 de outubro aprovaram a continuidade da greve. O Tribunal Regional do Trabalho convocou o sindicato de São Paulo para a mesa de conciliação. Aí reside o perigo.

Fenaban e TRT exigem o fim da greve

Os banqueiros entraram com uma liminar que exigia o retorno ao trabalho de 70% dos grevistas e, caso não fosse cumprida, seria aplicada uma multa diária de 200 mil reais. De posse da liminar, o TRT convocou a direção do sindicato de São Paulo/Osasco e região para uma "negociação". Segundo a burocracia sindical, a Fenaban propôs a suspensão da



greve por 10 dias e o compromisso de negociar com o sindicato a pauta de reivindicação. Ainda de acordo com a direção do sindicato, os banqueiros acabaram cedendo e aceitando um prazo de 48 horas para que a decisão fosse cumprida. Ao invés de suspensão da greve por dez dias, concordou com suspensão da greve por 5 dias e nesse período haveria a negociação.

A burocracia do sindicato encaminhou como sendo uma vitória a reunião com o TRT. Comprometeu-se diante dos patrões convocar a assembleia e colocar em votação a suspensão da greve por tempo determinado.

Está claro que a burocracia usará as pressões da Fenaban e TRT para convencer os grevistas a pôr fim ao movimento. Usará o argumento de que a multa quebrará o sindicato e que a disposição dos banqueiros de não punirem os grevistas deverá ser levada em conta. É a mesma jogada que tem sido feita com todas as greves. O fato do movimento não radicalizar com movimento de rua e ocupações permite um período de desgaste e em seguida as manobras que vêm da direção burocrática e dos patrões. Esse é o alerta que devemos ter para não aceitar o fim da greve sem que os banqueiros atendam as reivindicações.

Os bancários devem tomar a greve em suas próprias mãos

Os bancários têm pela frente a luta contra os banqueiros para arrancar suas reivindicações. O método é o da greve e das grandes manifestações de rua. O patronato só cederá se a greve se massificar cada vez mais. Negociação de cúpula entre banqueiros e burocracia sindical é derrota para os trabalhadores.

O problema se manifesta na ausência de uma direção que unifique em todo o país a luta. O corporativismo das burocracias locais se encarrega de dividir o movimento e congelar a disposição grevista. É preciso intensificar a mobilização por meio das bandeiras de unidade nacional grevista e pelo direito irrestrito de greve (abaixo o interdito proibitório, as multas e a repressão policial). Organizar os comitês de greve e um comando nacional de greve, eleito nas assembleias estaduais.

Boletins da Corrente Proletária nos Bancários (Curitiba/PR)

Campanha salarial 2008

PARANÁ – A greve dos bancários entra no quinto dia nesta terça-feira (14/10), com a tendência de aumento do número de agências fechadas em Curitiba, região metropolitana e também no interior do estado. Na segunda-feira, tínhamos 207 agências, de um total de 329, paradas. Isto representa 50 agências a mais que na última sexta (10/10). Em Curitiba, cerca de 14 mil bancários estão em greve e no interior do estado, 198 agências fecharam, resultando em mais de 3 mil bancários em greve. Estão em greve os bancários dos núcleos sindicais de Arapoti, Apucarana, Campo Mourão, Cornélio Procopio, Guarapuava, Londrina, Paranavaí, Umuarama e Toledo. Em Foz do Iguaçu, por exemplo, 100% das agências fecharam e 400 bancários aderiram à greve. Das agências fechadas, o Banco do Brasil tem 49 e a Caixa Econômica Federal possui 46. Nos bancos privados, 112 agências permaneceram paradas. Além das agências, 11 centros administrativos dos bancos HSBC, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil também continuam paralisados.

ASSEMBLÉIA EM PRAÇA PÚBLICA – Assembléia realizada ontem (13/10), na praça Tiradentes em frente ao Banco do Brasil, no centro de Curitiba, fez com que a greve dos bancários pudesse ser visualizada pela população. Tivemos uma participação de 500 pessoas, que presenciaram o protesto dos bancários com faixas e cartazes com alusão as comemorações de 200 anos do BB. **E viu que diferentemente da propaganda da direção do Banco do Brasil (BB), bancada a preço de ouro, os bancários não têm nada para comemorar!** A manifestação foi pelos 200 anos de luta dos bancários!

TOMAR AS RUAS - Esta assembléia deve marcar o início dos nossos atos públicos na cidade. Devemos fazer um chamado a todas as centrais sindicais, que convoquem plenárias de base para apoiar a nossa luta e também que se junte a nós em uma grande manifestação.

PARALISAR TOTALMENTE OS BANCOS - A FENABAN vêm recomendando o uso dos caixas eletrônicos, das casas lotéricas, das agências dos correios, das redes de supermercados e de outros estabelecimentos comerciais credenciados. Esta rede de atendimento já deu demonstração de sua fragilidade diante do aumento do volume de atendimento, **um exemplo disso foi à pane no sistema da Caixa Econômica Federal (CEF), que deixou as lotéricas sem serviço na segunda-feira (13/10).** Esta rede de atendimento pode ser reduzida sensivelmente, se os trabalhadores dos Correios, que realizam a sua assembléia hoje (14/10) decidirem entrar em greve por tempo indeterminado para lutarem também pelo reajuste salarial. **Portanto, devemos encaminhar pelo fechamento dos auto-atendimentos dos bancos, pois irá criar um colapso na rede bancária e nos negócios dos bancos, que até o momento em sua grande parte não foram atingidos.**

UNIDADE NACIONAL DOS TRABALHADORES - É preciso intensificar as mobilizações com a bandeira de unidade nacional grevista e pelo direito irrestrito de greve (abaixo o interdito proibitório e as multas). **Fazer um chamado a todas as centrais sindicais, que convoquem plenárias de base para apoiar a nossa luta!** Organizar os comitês de greve e um

comando nacional de greve, eleito nas assembléias estaduais. Caso isso não ocorra, continuaremos assistindo, por exemplo, o HSBC obrigar os seus funcionários a chegar aos centros administrativos (do Xaxim e da Vila Hauer) de madrugada e também exigir que os empregados do centro de processamento de dados (CPD) irem até associação dos funcionários para serem levados de lá de helicóptero ao CPD localizado no bairro Xaxim. Os donos de bancos se utilizam da justiça para obter os interditos proibitórios (medida anti-greve, veja o caso do Bradesco em Curitiba), as ameaças e as demissões.

NOSSOS MÉTODOS - Os bancários têm seus métodos próprios: ação direta – passeatas, piquetes, etc. O nosso método deve ser o da greve e das grandes manifestações de rua. Só existirá negociação com o patronato se os bancos estiverem fechados. Negociação de cúpula entre banqueiros e burocracia sindical é derrota para os trabalhadores.

NOSSAS REIVINDICAÇÕES - Temos de arrancar o nosso reajuste salarial de forma integral e imediata, pois sabemos que o índice de 13,23% é uma migalha, quando comparado com os lucros dos bancos. Esses lucros foram produzidos com o nosso trabalho e vão parar nos bolsos dos banqueiros e do governo. Na busca desses lucros, os banqueiros e as direções dos bancos não respeitam a nossa jornada de trabalho, que são de 6 horas. Esta jornada foi fruto de uma luta histórica dos bancários e não podemos permitir a violação dessa jornada como está ocorrendo. Por isso, devemos nos colocar pela redução imediata da jornada de todos os bancários para 6 horas sem redução de salário! E também para que possamos fazer frente às altas dos preços dos alimentos e dos produtos, de modo geral, consumidos no nosso dia a dia temos que aumentar o nosso piso salarial. Iremos conquistar essas reivindicações somente através dos nossos próprios métodos de luta: greve, piquetes e manifestações de rua!

Em defesa:

- Do reajuste integral e imediato (13,23%)!
- Do aumento imediato do piso salarial!
- Do respeito à jornada de 6 horas – pela redução imediata da jornada de todos os bancários para seis horas sem redução salarial!

GOVERNO LULA E A GREVE DOS BANCÁRIOS

Qual foi atitude do governo Lula diante da greve nacional dos bancários? Sair em socorro aos bancos, auxiliar os exportadores e minimizar a alta do dólar. **Portanto, não deu nenhuma importância para as reivindicações dos bancários.** Baseado em fatos com esse, extraídos da nossa realidade, podemos nos contrapor as afirmações como as que foram feitas na FOLHA BANCÁRIA (especial BB 200 anos do dia 13/10) – no artigo “**O Banco do Brasil está a venda**”, onde o dirigente sindical André Machado afirma “*O Governo Lula foi eleito para impedir e reverter as privatizações não pode compactuar com pressões dos especuladores internacionais*”.

O governo Lula não só compactua, como também protege esses especuladores! Para isso, concedeu ao Banco Central

poderes para interferir diretamente nas carteiras de créditos dos bancos em situação de risco, liberou o recolhimento de compulsórios, injetou bilhões de Reais no mercado financeiro e passou a dilapidar as reservas cambiais com leilões de dólares. **O governo Lula se enfileirou no caminho intervencionista dos EUA e Europa de arrumar liquidez e salvar bancos.** A política econômica do governo Lula se tornará mais claramente instrumento de proteção da classe capitalista e pelo lugar que ocupa na divisão mundial do trabalho e na relação do desen-

13/10/2008

PARALISAR TOTALMENTE OS BANCOS E TOMAR AS RUAS!

Assembléia de hoje (13/10), na Praça Tiradentes, tem papel decisivo em nossa greve, pois poderemos expor para população de Curitiba e região as nossas reivindicações e ao mesmo tempo marcar o aniversário dos 200 anos do Banco do Brasil (BB). Hoje temos de lembrar a todos que com a instalação do BB iniciou-se a trajetória dos bancários no Brasil e lembrar de todos aqueles trabalhadores que no decorrer da história do banco contribuíram para a organização dos bancários.

Esta assembléia, deve marcar o início dos nossos atos públicos na cidade. Devemos fazer um chamado a todas as centrais sindicais, que convoquem plenárias de base para apoiar a nossa luta e também que se junte a nós em uma grande manifestação que tome as ruas da cidade. Por sabemos que a burguesia e seus aliados tremem quando vêem os trabalhadores rebeldes tomarem as ruas em busca de suas reivindicações!

Temos de arrancar o nosso reajuste salarial de forma integral e imediata, pois sabemos que o índice de 13,23% é uma migalha, quando comparado com os lucros dos bancos. Esses lucros foram produzidos com o nosso trabalho e vão parar nos bolsos

volvimento desigual, se viu diante de uma feroz investida do imperialismo e foi convocado a pagar os rombos provocados pela oligarquia financeira e multinacionais. O “programa” da burguesia imperialista, ao qual segue a burguesia brasileira, é o de descarregar a hecatombe econômico-financeira sobre as massas. Portanto, seu programa de preservação do capitalismo é o da barbárie. A luta de classe é que decidirá até onde a classe capitalista levará seus ataques à vida dos trabalhadores.

dos banqueiros e do governo.

Na busca desses lucros os banqueiros e as direções dos bancos não respeitam a nossa jornada de trabalho, que são de 6 horas. Esta jornada foi fruto de uma luta histórica dos bancários e não podemos permitir a violação dessa jornada como está ocorrendo. Por isso, devemos nos colocar pela redução imediata da jornada de todos os bancários para 6 horas sem redução de salário! E também para que possamos fazer frente as altas dos preços dos alimentos e dos produtos, temos de aumentar o nosso piso salarial. Iremos conquistar essas reivindicações somente através dos nossos próprios métodos de luta: greve, piquetes e manifestações de rua!

Em defesa:

- Do reajuste integral e imediato (13,23%)!
- Do aumento imediato do piso salarial!
- Do respeito à jornada de 6 horas – pela redução imediata da jornada de todos os bancários para seis horas sem redução salarial!

02/10/2008

Avaliação da paralisação do dia 30/09

Na terça-feira, 30/09, os bancários de todo o país realizarão uma forte paralisação nacional. A paralisação se deu com mais intensidade na Caixa Econômica Federal, onde a participação atingiu níveis altíssimos em todo o país. O Banco do Brasil também teve uma boa paralisação. Os bancos privados são os que estão com a mobilização menos intensa, dependendo mais do apoio dos sindicatos. Mesmo assim, onde está havendo piquete há muita facilidade em parar o banco privado.

Em Curitiba, o sindicato informou que foram fechados 141 locais envolvendo cerca de 8,5 mil bancários. Em São Paulo, o sindicato informou que fecharam 220 locais com cerca de 10 mil bancários envolvidos. Mas, estes números do sindicato de São Paulo podem ser maiores, porque a APCEF/SP informou que na capital paulista, só na Caixa Econômica Federal, foram paralisados 202 locais sendo 11 áreas meio (departamentos) e 191 agências.

Mesmo que ocorra divergência nos números apresentados pelos sindicatos, o que nenhuma entidade pode contestar é a disposição apresentada pelos bancários de lutarem por suas reivindicações. Por exemplo, na agência central do Banco do Brasil, em São José dos Pinhais/Pr, os gerentes tiveram de sair da agência para informar aos clientes que estavam paralisados e ligaram para sindicato de Curitiba para pedir faixas da greve, pois não tinham condições de atender os clientes, que espera-

vam pela abertura da agência porque os funcionários aderiram a paralisação e somente os gerentes compareceram na agência para trabalhar. Portanto, mesmo nos locais onde o sindicato não fez piquete houve paralisação!



Boletim Massas aos bancários em São Paulo:

13/10/2008

Todo apoio à greve dos bancários

Os bancários estão demonstrando que é possível quebrar a intransigência dos banqueiros e do governo. A greve é nacional. Os meios de comunicação pouco têm divulgado sobre o movimento nacional dos bancários. A grande imprensa é mantida pelo patronato e governo, por isso divulga e dá opinião de acordo com seu interesse de classe. Mas os trabalhadores dos bancos têm mostrado sua força, que está na unidade grevista nacional, nos piquetes diários e nas manifestações de rua, como essa que ocorreu no dia 10.

A reivindicação de 13,23% é uma esmola diante dos lucros vultuosos dos banqueiros e das perdas salariais dos últimos oito anos. O índice oferecido de 7,5% sequer repõe a inflação, que está sendo maquiada pelos órgãos governamentais. É só olhar o preço dos produtos de primeira necessidade, que sobem quase que diariamente. Não restou outra alternativa senão arrancar os 13,23% por meio da paralisação nacional.

Crise econômica mundial chegou ao Brasil

O governo Lula disse, em um primeiro momento, que o Brasil tinha todas as condições para despistar a crise e que esta era um problema dos Estados Unidos. Nem bem acabou de discursar, os ministros foram obrigados a admitir que o Brasil não ficará imune. Os planos do Banco Central de ajudar os banqueiros, os exportadores e os industriais foram anunciados por meio de Medida Provisória. A potência norte-americana exige que todos os países paguem pela crise. Certamente, os países semicoloniais, como o Brasil, serão os mais penalizados pela bancarrota do sistema econômico. Não resta dúvida que a corda rói do lado mais fraco economicamente e, por isso, os operários, camponeses e demais explorados do mundo arcarão com as medidas recessivas: desemprego, arrocho salarial, destruição de direitos e fome. A saída da burguesia para a violenta crise é a barbárie social. Opor às diretrizes do capital para a manutenção do sistema econômico apodrecido, é a tarefa urgente das massas trabalhadoras.

A greve dos bancários ocorre em meio a essa crise. Os banqueiros dizem que é um mal momento para os trabalhadores reivindicarem e fazerem greve. Pelo contrário, a crise demonstra o gigantesco parasitismo do capital financeiro e os trilhões de dólares que os go-

vernos estão gastando para proteger os parasitas. Aqui no Brasil, não está sendo diferente. A firmeza da greve, sua unidade e sua expansão nacional são nossas respostas aos banqueiros. A greve dos bancários defende o presente e o futuro dos trabalhadores.

A vitória dos grevistas é a vitória dos explorados contra os patrões e governos, que estão de caneta em punho para demitir e reduzir conquistas. Toda força à greve! Derrotemos os exploradores! Que paguem a crise os que têm os meios de produção e a riqueza em suas mãos!

Fortalecer nossos métodos de luta

Os patrões querem vencer pelo cansaço. A força grevista está na unidade dos bancários, nas manifestações de rua, nos piquetes e nas assembleias. Mas para que haja coesão do movimento é necessário o máximo de democracia sindical. As assembleias devem funcionar como locais de propostas e votação, por isso todos devem ter o direito de expor suas idéias e as decisões tomadas devem ser encaminhadas por todos. As divergências na condução do movimento, quando aparecem em meio à democracia, servem de aprendizado para os trabalhadores. Por isso, sufocá-las coibindo a democracia enfraquece a luta. Somente direções burocratizadas têm receio da democracia das assembleias. A unidade grevista é fundamental, mas sem democracia não há como concretizá-la. A divisão do movimento só ajuda o patronato.

Os patrões têm como método o interdito proibitório (medida anti-greве), as ameaças e as demissões. Os bancários têm seus métodos próprios: ação direta. Mas para pôr em prática a ação direta, as direções sindicais devem elevar ao máximo a democracia operária (que é coletiva). Os comandos de base, eleitos em assembleias, são fundamentais nas negociações e na condução do movimento.

Fortalecer a greve também depende de tirá-la do isolamento. A solidariedade efetiva dos trabalhadores é essencial. É da CUT, Conlutas, Intersindical e demais organizações convocarem plenárias de base para apoiar ativamente a greve dos bancários.

Pela vitória da greve dos bancários!

15/10/2008

A vitória da greve depende da nossa unidade

Os bancários estão demonstrando grande disposição de luta em nível nacional. A derrubada da liminar de interdito proibitório concedida ao Banco Itaú (SP) foi importante e demonstra a força do movimento. A Fenaban e a Justiça continuam fabricando liminares contra a greve. A imposição de multas diárias de 200 mil reais, caso o sindicato não cumpra a decisão de manter o funcionamento das agências em 70%, é um ato de desespero do patronato diante da expansão da greve. Os banqueiros contam a seu favor com as leis anti-greве, como essa do interdito e das multas. Não bastando isso, iniciaram as demissões e espalharam as ameaças aos que estão em estágio probatório. Os banqueiros estão usando o terror para quebrar a greve.

Os patrões e governo, diante da paralisação da força de trabalho, descarregam o ódio de classe e a repressão sobre os que rebelam contra a exploração. Mas os trabalhadores não estão vivenciando isso pela primeira vez. Por isso, a resposta dos bancários tem de ser de classe. Contam a seu favor a unidade nacional, a grande disposição de combate e a força da greve. Esses são os verdadeiros instrumentos para pôr abaixo as medidas governamentais e patronais.

Fenaban e TRT querem destruir nossa força

A proposta dos banqueiros e da Justiça de suspensão da greve por 5 dias e abertura de negociação sobre as reivindicações signi-

fica pôr fim à greve. Todo trabalhador sabe que depois da suspensão da greve é difícil retomá-la em 5 dias. Os patrões fizeram uma chantagem: suspensão da greve mediante a suspensão da liminar das multas e do funcionamento das agências. Aí está o perigo. Essa armadilha também é velha. Temos o exemplo recente da greve dos professores paulistas.

Nisso reside outro problema. Não podemos suspender por 5 dias da greve em São Paulo, como querem os banqueiros, porque será prejudicial para a greve nesse estado e também para os outros estados. Quebrando a greve em São Paulo, abre-se o caminho para a quebra em todo o país. Por isso, o Comando Nacional de Greve não pode aceitar a chantagem da Fenaban e TRT.

Reforçar nossa greve

A assembléia de quinta feira deve rejeitar a proposta de fim da greve, feita pela Fenaban e TRT. Para isso, é preciso ampliar a for-

Burocracia da CUT/PT enterrou a campanha salarial dos metalúrgicos do ABC

Depois de muita demagogia em torno de uma campanha salarial por aumentos reais, a burocracia sindical aceitou a proposta de 11,01% - 7,15% de reposição da inflação e 3,6% de aumento real. O piso da categoria ficou em R\$1.250,00. Esse acordo só serviu para as montadoras. Para os metalúrgicos do grupo 8, que trabalham em empresas de condutores elétricos, equipamentos ferroviários, artefatos de metais, esquadrias metálicas, o piso ficará entre R\$719,52 a R\$841,00 e o reajuste foi de 11%. Os do grupo 2, máquinas e eletrônicos, o reajuste ficou em 10,5%.

O maior piso salarial corresponde a menos de 3 salários mínimos. Os menores estão na faixa de 1 salário mínimo e meio. Aqui está o ponto de partida da campanha salarial. O piso que vai de R\$1.250,00 a R\$719,52 mostra a superexploração praticada pelas multinacionais que ganham rios de dinheiro. Segundo os cálculos do Dieese, o salário mínimo deveria ser de R\$2.140,00. Segundo nossos cálculos de janeiro, portanto já defasados, seria de R\$2.750,00. A burocracia se nega a apresentar até mesmo o salário mínimo do Dieese. Evita que os metalúrgicos tenham noção do quanto são explorados e de quanto deve ser a reivindicação. Os pisos reajustados impõem pobreza e privações aos operários.

Quanto aos reajustes, vemos o seguinte: 1) a burocracia petista concorda com as diferenciações de grupos impostas pelos patrões; 2) esconde que em acordos de flexibilização as multinacionais rebaixaram os pisos e os salários; 3) divulga que as montadoras tiveram alta lucratividade com o aumento da produtividade e com a bonança das vendas; 4) sabe que o governo Lula tem favorecido as multinacionais com empréstimos subsidiados pelo BNDES. Portanto, o dito aumento real de 3% é uma migalha que os capitalistas decidiram doar à campanha, diante do descontentamento dos metalúrgicos e da disposição de greve. A burocracia assim manobrou com a conjuntura e com a vontade de luta dos trabalhadores para obter as migalhas e apresentá-las como conquistas.

A política da burocracia sindical foi a mesma dos anos anteriores: faz barulho no período que antecede a campanha salarial, divide os metalúrgicos por grupos, não apresenta as perdas salariais do passado e do presente, negocia por cima da classe o reajuste das montadoras e submete os demais grupos a aceitar

ça grevista. A greve tem de ganhar diariamente as ruas, os piquetes precisam ser massivos e nas assembléias devem reinar a democracia sindical. Outro passo importante é tirar a greve do isolamento. Para isso, é fundamental um chamado aos sindicatos, a CUT, a Conlutas e a Intersindical para que efetivamente se coloquem pela vitória do movimento. A constituição dos comitês de greve são essenciais para sua expansão. Os bancários devem exigir que as Centrais convoquem movimentos de rua em apoio à greve e pelas reivindicações gerais de todos os trabalhadores brasileiros. A vitória de nossa greve é um ponto de partida decisivo para o movimento sindical do país enfrentar a nova situação aberta pela crise mundial do capitalismo.

- Não se dobrar diante do terror patronal
- Manter a unidade nacional até o fim
- Pelo direito irrestrito de greve
- Que a CUT e demais Centrais organizem manifestações de rua
- Lutemos juntos pela vitória da greve!

propostas menores. Depois canta vitória de que esse foi o melhor acordo dos últimos tempos.

Como toda campanha salarial, não há democracia nas assembléias. Quem dirige e dá as ordens são os burocratas. Para isso, carregam consigo um grupo de bate-paus para impedir que a oposição se manifeste. São violentos com aqueles que divergem e mansos como cordeiros nas mesas de negociação com o patronato.

A tarefa colocada para os metalúrgicos é de constituir uma fração revolucionária, que trabalhe incessantemente pelo programa classista e combata a burocracia traidora. A crise que explodiu nos Estados Unidos e se espalhou pelo mundo atingirá frontalmente a indústria automobilística e, assim, toda cadeia metalúrgica. Acabou a euforia das montadoras, que propagandearam aos quatro ventos as contratações e recontrações. Lucraram como nunca às custas da flexibilização do trabalho (terceirização, rebaixamento salarial, banco de horas, PDVs etc. Agora, já estão dizendo que não é mais possível manter os planos de crescimento e que poderá haver uma retração. Logo mais, apresentarão novos planos de demissão e flexibilização. A General Motors e a Fiat, nesse sentido, deu o primeiro passo anunciando as férias coletivas para 12 mil operários. Os metalúrgicos não podem mais uma vez aceitar os ataques dos patrões aos empregos e aos salários.

É preciso ter claro que os assalariados enfrentarão uma brutal crise do capitalismo. Desde já, precisamos levantar as bandeiras de defesa do emprego e dos salários, por meio da escala móvel das horas de trabalho, da escala móvel de reajuste e salário mínimo vital. Estará colocada o fim da flexibilização do trabalho e a recuperação dos direitos trabalhistas perdidos.

Com essa plataforma, a classe operária tem como se defender das consequências da crise. Mas não se pode parar nelas. A crise é uma manifestação dos impasses econômico-financeiros da grande propriedade dos meios de produção e da forma imperialista em que se conformou o capitalismo. As reivindicações de defesa da vida das massas são parte do programa de transição que as une à tarefa de expropriar a burguesia, transformar a propriedade privada em propriedade social e emancipar o país da opressão imperialista.

Mobilização e greve nos serviços públicos

Os servidores públicos têm saído às ruas e realizado greves em vários estados. Lutam contra a política centralizada dos governos de arrocho salarial, destruição de direitos e implantação de planos privatistas para a saúde e educação.

Trabalhadores da educação de Goiás

A greve foi deflagrada em função da miséria salarial e das condições precárias de ensino, envolvendo professores e funcionários. Os trabalhadores administrativos vivem na penúria. Mais de 70% recebem abaixo do mínimo do governo, que já é um decreto de fome. Denunciaram a situação de abandono de 200 escolas, que por si só atestam a impossibilidade de aprendizagem.

O governo usou o velho método de vencer os grevistas pelo cansaço e pelas ameaças de desconto dos dias parados. A direção do sindicato (Sintego) não impulsionou a radicalização do movimento e o manteve isolado. Aceitou a proposta da Secretaria da Educação e da Fazenda de apresentarem, em janeiro de 2009, o índice de reposição de perdas. Implorou ao governo a implantação imediata da Lei do Piso Nacional (PSPN), que simplesmente desconheceu. O governo exigiu a reposição dos dias parados e o sindicato propôs que os calendários de reposição devem ficar a cargo das unidades escolares. Usou o argumento hipócrita de que se o governo descontar, os trabalhadores não reporão os dias de greve.

Depois de 58 dias, a paralisação foi suspensa no dia 26 de setembro. A greve longa mostrou a disposição dos trabalhadores da educação de enfrentar o governo. Mas como os grevistas não modificaram o rumo da greve, contrapondo-se ao corpo mole da burocracia sindical, o movimento foi se esgotando. O governo pôde assistir ao seu esgotamento e atacar com ameaças. As greves de grande duração tendem a se reproduzir no funcionalismo público, dado o jogo de conciliação entre governo e burocracia. No final, os trabalhadores saem derrotados. Essas lições devem orientar a vanguarda combativa no sentido de que a greve tem de ganhar as ruas, bloquear a cidade, ocupar prédios públicos etc.

Professores de Minas Gerais

Os professores paralisaram as escolas por 29 dias. A greve foi suspensa no dia 26 de setembro. Os baixos salários estiveram no centro do conflito. A direção do sindicato (Sind-UTE) conduziu o movimento pedindo ao governador Aécio Neves (PSDB) o cumprimento da Lei do Piso Nacional. Ocorre que esta Lei implica a extensão da jornada semanal de trabalho para até 40 horas. Por isso, a Articulação e a Oposição fizeram um acordo e defenderam a Lei do Piso (R\$950,00) para 24 horas semanais.

O movimento adotou formas mais radicalizadas, como o fechamento de rodovias, ocupação de superintendências e da Secretaria da Educação e encerrou com o acampamento na frente da Assembleia Legislativa.

A greve enfrentou três problemas: a) Aécio Neves usou a política das ameaças e de corte dos salários para dividir os grevistas; b) a burocracia do Sind-UTE, corrente Articulação, pretendia com uma limitada pressão que o governo cumprisse a Lei decretada por Lula; c) o isolamento da greve, quando o estado vizinho estava paralisado, e o prolongamento da greve.

Mesmo com mobilizações de rua e bloqueios, o governo manteve-se inflexível. O movimento do funcionalismo, nos vários estados, não tem via-de-regra imposto aos governos suas reivindicações. Ocorre

que o funcionalismo separado corporativamente em setores (saúde, educação, judiciário etc) não tem conseguido superar a divisão devido a existência de inúmeros sindicatos e de frações burocráticas. Isso se passa em nível municipal, estadual e federal. A tarefa consiste em extrair as lições dos longos embates isolados e lutar pela unidade organizativa do funcionalismo. A greve unificada e radicalizada pelo método da ação direta acabará com a intransigência dos governos e com as derrotas sucessivas das lutas corporativas.

Paralisação de 48 horas dos professores de Brasília

Os professores exigiam do governador a regulamentação do Plano de Carreira, particularmente, no que diz respeito ao artigo que prevê reajuste igual ao do Fundo Constitucional, que é de 19,98%.

A política do governo para ganhar apoio da população foi a de desmoralizar a paralisação e culpar os professores pela suspensão das aulas. Por outro lado, a direção sindical não conseguiu transformar a paralisação em greve por tempo indeterminado. Deixou para o dia 23 de outubro, o indicativo de greve.

Evidenciou-se a enorme adesão à paralisação. Para os professores, o caminho têm de ser a greve. O governador não aceitará as reivindicações sem que haja um forte movimento grevista.

A assembléia do dia 23 deve aprovar um plano de luta, que convoque todo o funcionalismo para um movimento unificado. É preciso denunciar a burocracia divisionista do funcionalismo. O comando de greve deve ser eleito em assembléia e centralizar os piquetes de base.

Greve da saúde em Pernambuco

Após 9 dias de greve, no dia 30 de setembro o movimento foi suspenso. A greve teve como reivindicação o combate às fundações estatais de direito privado. Trata-se de uma medida governamental de imposição das parcerias público-privadas. Os grevistas defenderam a preservação do Sistema Único de Saúde (SUS), como responsabilidade do Estado.

A suspensão da greve e a trégua de 60 dias se deram mediante a um acordo com o Ministério Público do Trabalho (MPT) e teve a participação da burocracia da CUT. Pelo acordo, o governo terá 30 dias para definir o patrimônio das fundações públicas de direito privado e uma comissão constituída de direções sindicais e a CUT acompanhará a definição desse patrimônio.

Certamente, as burocracias sindicais cantam vitória pelo fato do MPT ter ouvido as denúncias dos servidores da saúde. O problema está em que o acordo com o MPT implicou a suspensão da greve e manutenção da privatização por meio das fundações. Ao aceitar a comissão, a burocracia da CUT e dos sindicatos admitiu o sistema de parceria.

A luta em defesa da educação, saúde e demais serviços públicos, para ser conseqüente, tem de se contrapor não só à política de privatização do governo Lula e dos governos estaduais como também levantar a bandeira de estatização sem indenização. A burocracia cutista é parte do governo. Assim, manobra a revolta dos trabalhadores contra a privatização, desviando o movimento de defesa dos serviços públicos para um acordo de regulamentação da parceria público-privada. Enquanto os trabalhadores forem dirigidos pela burocracia privatista, não poderão tomar em suas mãos a educação, saúde, previdência e derrotar a diretriz mercantilista dos governos. Uma bandeira que se torna premente é a de fora a burocracia sindical privatista.

A educação proletária – Parte 2

Realizamos em 28 de setembro mais um dia do Curso de Formação sobre a Educação Proletária. Demos continuidade ao estudo do texto “Da Escola de Classe” de Anatoli Lunatcharski. Segue abaixo o resumo da segunda parte do texto.

Da Escola de Classe

5. A Escola Única do Trabalho

Depois de ter caracterizado a escola burguesa, Lunatcharski começa a discutir a implantação da escola do trabalho no contexto de pós-revolução na Rússia. Ele inicia criticando a existência de mais um tipo de escola na sociedade capitalista: uma escola elementar, em que a maior parte das crianças têm acesso e nela são disciplinadas; e outra escola secundária, a qual poucas crianças terão acesso, pois é destinada a formar uma mão de obra mais qualificada para a grande indústria.

Ele indica que a situação da Rússia no começo do século XX é muito difícil, tendo em vista o pouco desenvolvimento tecnológico, o predomínio da vida rural e as grandes extensões que marcam o país.

Em seguida, passa a descrever o ensino nas escolas elementares. Para ele, os métodos tradicionais, herdados da escola medieval, são anticientíficos e embrutecem as crianças e jovens. Destinados desde muito cedo a permanecerem quietos e passivamente na carteira de uma sala, não aprendem realmente os conhecimentos necessários para viver em sociedade. Não aprendem nessa escola tradicional, memorizam lições para não serem castigadas pelos pais e professores.

O princípio do trabalho como um método ativo, vivo deve revolucionar essa situação atual; o ensino das disciplinas não pode ser feita de forma abstrata, sem vínculo com

a realidade, deve-se mostrar, apresentar às crianças os conhecimentos e não representá-los somente de maneira verbalista – o trabalho deve ser entendido como uma atividade vital na aprendizagem dos conteúdos.

Além disso deve-se incorporar tudo de progressivo que a escola burguesa criou com seus pedagogos mais comprometidos com a educação. Os trabalhos manuais, a atividade experimental, etc., devem se consolidar na escola única do trabalho e servir para elevar culturalmente as crianças do ensino primário. O objetivo primordial da escola é formar um homem instruído e não uma mercadoria, portanto, todo seu trabalho deve se dirigir para a concretização dessa tarefa.

6. Os métodos da Escola Comunista do Trabalho

Para aqueles que já passaram pela escola primária, elementar, o ensino secundário deve se vincular mais diretamente à produção social, isto é, aos diferentes ramos da indústria e da tecnologia utilizada no país. A ideia é formar jovens com um conhecimento geral, não especializado, das principais atividades produtivas. Lunatcharski afirma que a aula deve ir à fábrica, mas aponta que, na Rússia atrasada, essa tarefa não será tão facilmente cumprida em todas as regiões do país, dado o pouco desenvolvimento industrial e tecnológico. O ideal seria que todas as crianças entre 12 e 17 anos conhecessem as principais indústrias do país: siderúrgica, metalúrgica, química, têxtil,

etc., porém isso imediatamente só será possível para as crianças das regiões urbanizadas, dos grandes centros. Num país em que predominam as regiões agrárias e a maior parte da população ainda é camponesa faz-se necessário realizar um trabalho de forma diferente.

Ele defende que as diferentes vilas do país devem transformar as escolas em espécie de centros culturais de difusão das novas tecnologias na área da agricultura, pois isso servirá para quebrar a resistência das famílias camponesas com a nova escola que surge depois da Revolução. Infelizmente, como os professores, mesmo das regiões rurais, pouco compreendem da agricultura e das novas tecnologias, é preciso dar formação através de matérias e cursos com agrônomos.

Com essas medidas, Lunatcharski, partindo da realidade desigual da Rússia na década de 20, busca concretizar o que ele já havia defendido como a necessidade da escola estar vinculada à vida. Nos centros urbanos, ela assume um caráter; nas regiões agrícolas, outro caráter; não como forma de assentar as coisas como são, já que o regime comunista é baseado na grande indústria, na alta tecnologia, mas como forma de responder imediatamente aos problemas colocados.

Com isso também, a escola assume um papel eminentemente político, de consolidar as ideias socialistas, revolucionárias, em todo o país, difundindo-as não somente às crianças, mas também aos adultos que verão nela instrumento de instrução para o trabalho.

AES/Eletropaulo

Dez anos de privatização

Desde a privatização em 1998, quando a Eletropaulo foi dividida em quatro empresas de energia, tivemos dezoito mil trabalhadores demitidos, pelos vários PDV's, realizados pelos novos donos da empresa.

Essas demissões acarretaram a retirada de várias conquistas dos trabalhadores eletricitários; são elas:

- Redução brutal do piso salarial da categoria (Na época, em 1994, um praticante de eletricista ganhava, na empresa, cinco salários mínimos)
- Hoje, esse mesmo trabalhador entra com R\$ 780,00 reais, pouco mais que o miserável salário mínimo atual);
- Retirada da dirigida por acúmulo de função, do ticket matinal, do adicional de turno, horas extras com banco de horas.
- Aumento do ritmo de trabalho, eliminação de postos e transferência para setores que lidam com alta tensão sem a preparação necessária.

Aí temos o balanço destes 10 anos. Um processo de terceirização cada vez maior no setor elétrico, aliado à rotatividade da força de tra-

balho, com sucateamento das condições de trabalho, aumentando o estresse, a fadiga e, conseqüentemente, o número de acidentes fatais.

A atual direção do sindicato leva uma política de colaboração de classes; trai descaradamente a categoria eletricitária, isolando sua vontade de lutar por melhores condições de salários e trabalho.

Em agosto, a AES Eletropaulo demitiu 88 funcionários, inclusive membros da CIPA, pessoas com restrições médicas, com o CAT (Comunicado de Acidente de Trabalho) em aberto na validade e com ação judicial garantidos por TAC (Termo de Ajuste de Conduta do Ministério Público), sem nenhuma explicação. A atitude do Sindicato foi a de fazer uma mobilização apenas com os demitidos, isso depois de ter falado que se houvesse alguma demissão todos iriam parar. Como não houve uma pressão de todos os trabalhadores da empresa contra as demissões, a empresa somente concordou em reintegrar o funcionário eleito para a CIPA.

É necessário organizar a Corrente Proletária dos Eletricitários, criar uma verdadeira direção da Classe.

Movimento

Nesta edição:

Argentina:

- Congresso do POR - Resoluções

Bolívia:

- O conflito interburguês MAS x Direita e a luta revolucionária das massas

Artigos do Cerqui Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Resolução sobre a Bolívia

9º Congresso do POR-Argentina

1. O Congresso do POR da Argentina reivindica a linha de intervenção do POR da Bolívia na crise, linha que se baseia na independência política do proletariado.

2. Os referendos, as eleições e as constituintes são armadilhas que prepararam o terreno para a conciliação entre o governo massista e a direita da chamada “Meia Lua”, destinados a conter e derrotar o movimento de massas.

3. Existe uma unidade de princípios entre o governo do MAS e a direita: a defesa da propriedade privada capitalista, base do atraso e da miséria.

4. Não é com o estado de sítio, nem com a repressão militar, nem com a Constituição que se derrotará a direita. Mas sim ocupando os latifúndios, as minas, as jazidas, expropriando-os, atacando sua base material e transformando-os em propriedade social. É armando as massas para derrotar a direita fascista, racista.

5. A direção da COB tem abandonado todas as reivindicações dos trabalhadores e abandonado toda política independente, somando-se ao comando político do Governo. A burocracia corrupta da COB não deve ser chamada a dirigir nenhum processo de rebelião e centralização das lutas, devem ser expulsos por serem traidores.

6. Os revolucionários se colocam no terreno das resoluções da Federação dos Trabalhadores da Educação Urbana de La Paz, da COD de Chiquisaca, da COD de Oruro e outras organizações operárias que repudiam o acordo de

cúpula da COB com a CONALCAM. A COB deve recuperar suas teses programáticas principistas, que são tradição do movimento operário boliviano.

7. Repudiamos o massacre de Pando e todas as atrocidades cometidas pela direita e repudiamos também a matança de dois mineiros de Huanuni pelo governo do MAS, ocorrida no bloqueio de Kaihuasi em 5 de agosto, dois dias antes do referendo. Repudiamos a perseguição aos professores poristas de Cochabamba e as ameaças contínuas aos militantes trotskistas.

8. A direita, encurralada pela mobilização das bases, pelo repúdio ao massacre de Pando, isolada internacionalmente, cercada em Santa Cruz, não foi derrotada pela decisão política do governo do MAS, que vem sendo sustentado por governos burgueses da América Latina. Evo Morales age sobre o terreno do terreno do diálogo, do consenso e de novas concessões feitas à direita no âmbito da nova Constituição.

9. Os movimentos sociais se dirigiam instintivamente com sua ação direta para esmagar as bases da direita. O MAS procurou orientar essas ações para a exigência de um novo referendo, frustrando os setores mais radicais.

10. A política de “defesa da democracia e do governo de Evo” é contrária à política da classe operária. O governo Evo é um governo burguês submetido ao imperialismo que defende insistentemente, em todos os terrenos, o regime

da propriedade privada.

11. Chamamos todos os revolucionários a difundir e defender a política dos revolucionários que atuam na Bolívia, solidarizando-nos efetivamente com eles. Não há que construir nenhum “instrumento” ou “ferramenta” partidária, destinada a bloquear o trabalho dos revolucionários embelezando os burocratas de todo tipo que continuam negando a luta pelas reivindicações sociais.

12. Os auto-proclamamos trotskistas argentinos mantêm uma atitude miserável diante da luta de classe na Bolívia, ocultando ou deformando as posições do POR. Aliam-se a setores burocráticos, embelezam a direção da COB, chamam a formar organizações políticas sob estratégia alheia à trotskista, chamam a votar em Evo no referendo (PO), apesar da repressão sangrenta do governo contra os mineiros.

13. A política dos revolucionários é a revolução social que instaure o governo operário e camponês, varrendo toda mancha da direita, as multinacionais, pondo fim à propriedade privada dos meios de produção, expressando as tendências mais profundas que se abrigam nas massas, que há tempo se manifestam em rebelião contra toda forma de dominação.

Somente a classe operária pode dirigir os camponeses à vitória, armados sob a estratégia da revolução e ditadura proletária, somente defendida pelo POR da Bolívia

Argentina- Resolução Internacional

1. A crise econômico-financeira que tomou conta dos Estados Unidos expressa profundas contradições do capitalismo mundial e sua decomposição. Diferentemente das crises das últimas décadas, estamos diante de uma bancarrota que toma proporção internacional, de forma que nenhum país estará livre de suas catastróficas consequências.
2. A derrocada do sistema financeiro reflete a contradição básica entre as forças produtivas altamente desenvolvidas e as relações de produção baseadas na propriedade monopolista. O gigantesco capital financeiro ampliou e saturou seu descompasso com as forças produtivas. Grande parte do capital parasitário não tem como ser aplicado na produção e no comércio, prevalecendo a valorização por meio da especulação. A brutal desvalorização nas Bolsas de Valores e a corrida desesperada dos grandes fundos, bancos e instituições financeiras para se desfazerem de suas posições expõem com toda clareza o parasitismo e a jogatina capitalista.
3. O capital financeiro resultou historicamente da fusão do capital bancário com o capital industrial, resultante da fase monopolista do capitalismo. A quebra sistêmica atual que se processa a partir da falência do setor imobiliário levará à desaceleração mundial, às quebras industriais e comerciais. Fenômeno que expõe o crescimento econômico promovido pela poderosa atuação especulativa dos bancos, fundos etc, com incentivos dos Bancos Centrais das potências.
4. É inevitável que os países de economia atrasada sejam arrastados pela crise instalada nas potências. As vantagens alcançadas no ciclo de crescimento especulativo mostrarão sua pequenez e darão lugar a desvantagens. As potências tornaram os países semicoloniais mais dependentes e submissos aos monopólios. Na cadeia mundial de interdependência, constituem os elos mais frágeis. As burguesias, como a da Argentina e Brasil, procuram esconder a que ponto levaram as semicolônias a dependerem do capital imperialista, manobrando com a propaganda de que a crise passará longe ou que terá pouco reflexo. Falso, as potências descarregarão a crise estrutural sobre as economias atrasadas.
5. A monumental crise está em desenvolvimento. O governo norte-americano, alemão, inglês, francês e japonês constituíram uma coordenação para salvar bancos, Bolsas etc, despejando cifras que chegam próximo a 2 trilhões de dólares. Mesmo assim, não se pode ter uma avaliação precisa dos resultados. O caminho de falências de portentosas instituições financeiras norte-americanas poderá ser percorrido por instituições na Europa e Japão. Tudo indica que a crise aprofundará e se alargará no momento em que a recessão avançar mundialmente.
6. A tese de que a China, Índia, Brasil e Rússia poderão ajudar a economia mundial a não globalizar a recessão e que com seu crescimento poderão limitar o alcance da bancarrota nos países imperialistas não é sustentável. A propaganda da fortaleza dos denominados Brics vem no sentido de exigir que paguem pela bancarrota do sistema financeiro internacional.
7. As massas, formadas pela classe operária, camponesa e classe média urbana, serão duramente atingidas pela quebra capitalista. Na crise, parte da burguesia se quebra, parte tem seus capitais desvalorizados e parte se enriquece ainda mais. Mas para os trabalhadores do mundo inteiro somente está reservado mais sacrifícios: desemprego e miséria. A burguesia não tem outra solução para o esgotamento histórico do capitalismo senão destruir forças produtivas e esmagar a vida dos assalariados e camponeses pobres.
8. A crise em curso incentivará as tendências bélicas do imperialismo. Os Estados Unidos ampliaram a militarização das relações mundiais e impulsionaram a indústria bélica. O quadro de conflitos militares vem se alargando pelo intervencionismo imperialista em todas as partes do mundo. As tendências bélicas expressam as contradições entre as forças produtivas e as relações de produção, bem como entre as fronteiras nacionais e a ordem econômica mundial. O agigantamento das tendências bélicas mostra que a crise levará a barbárie a um patamar desconhecido, caso a classe operária e demais oprimidos não se levantem em luta revolucionária contra a ordem capitalista.
9. Ressalta na situação a crise de direção. A destruição da III Internacional e a restauração capitalista na ex-União Soviética, Leste Europeu, China e Cuba desarmaram mundialmente o proletariado. A desintegração da IV Internacional depois da morte de Trotsky impossibilitou o avanço da construção do Partido Mundial da Revolução Socialista, encarnação pelo proletariado do Programa de Transição. A bancarrota do capitalismo, suas tendências bélicas, a opressão das nações atrasadas e a barbárie social indicam que a luta de classe levará as massas a se chocarem com a propriedade privada dos meios de produção e a colocarem instintivamente sua transformação em propriedade coletiva. A crise traz à tona o Programa de Transição e exige da vanguarda dedicação total à reconstrução da IV Internacional. É com o Programa de Transição e com a tarefa internacionalista de construção do Partido Mundial que enfrentaremos a derrocada do capitalismo. O IX Congresso do Partido Operário Revolucionário da Argentina se pronuncia pelo fortalecimento do Comitê de Enlace e pela construção da seção argentina. Convoca a vanguarda e as massas a defenderem a revolução proletária na Bolívia, que tem à frente o Partido Operário Revolucionário boliviano.

28/setembro/2008

A Tarefa que Devemos Cumprir

Patrício

Na quarta década do século passado, o atual Partido Operário Revolucionário conseguiu penetrar no seio das massas, particularmente no setor mineiro. Certamente, cometeu erros e insuficiências. A autocritica saudável para o fortalecimento dos militantes e do próprio Partido tardou muito, ou não houve, devido ao enfraquecimento da Quarta Internacional. O Partido boliviano sempre considerou essa organização estranha à sua vida quotidiana, tendo contribuído para o seu enfraquecimento. Neste terreno, precisamos de uma severa autocritica. Vivemos numa época de crise, quando é necessário uma participação ativa de todos aqueles que se proclamam membros da Quarta Internacional, buscando atingir o seu fortalecimento.

Por sermos revolucionários, estamos obrigados a contribuir para seu fortalecimento imediato.

O problema fundamental do nosso tempo reside no fortalecimento do movimento revolucionário, marxista-leninista-trotskista, que necessariamente têm de adquirir uma dimensão internacional.

É evidente que o atual marasmo dos movimentos sociais está presente em cena como um aviso de que a sociedade burguesa marcha rumo à barbárie.

Os movimentos revolucionários desapareceram e em grande parte os processos de atualização e fortalecimento do marxismo-leninismo-trotskista. Para muitos, o marxismo é uma coisa do passado e que já não retornará.

Esse fenômeno é a expressão do colapso do movimento operário, do ressurgimento de traços de barbárie, como resultado do esmagamento do ser humano pela máquina pulverizadora de homens.

Nós somos forçados a deixar registradas as características atuais do próprio movimento marxista.

Bolívia tem acompanhado os progressos e retrocessos do movimento marxista-leninista-trotskista internacional, particularmente no passado. Atualmente, este elemento impulsio-

nador do trotskismo não existe mais. O movimento quarto-internacionalista mundial já não existe, desapareceu. Não se encontram quaisquer publicações ou organizações mundiais marxistas-leninistas-trotskistas.

A crise do trotskismo é um dos mais poderosos fatores negativos que impede que a Quarta Internacional seja posta em pé e faça avançar o trabalho do movimento revolucionário para além das fronteiras nacionais. Não é possível localizar a Internacional, nem as suas publicações teóricas e políticas. Para alguns, marxismo e marxismo-leninismo-trotskista desapareceram.

Este panorama é o resultado do progresso das correntes barbarizadoras que se dedicam a pulverizar as tendências marxistas revolucionárias.

O Partido Operário Revolucionário e os grupos que se mantêm fiéis ao marxismo-leninismo-trotskista têm de levantar a bandeira da Quarta Internacional e combater resolutamente o capitalismo em putrefação.

Cabe a nós pregar que hoje, mais do que nunca e com a finalidade de acabar com as posturas burguesas barbarizantes, a nossa principal tarefa é a de levantar as massas exploradas e oprimidas de modo que, sob a liderança da classe operária, consumam a revolução social, ou seja, abra o caminho para a sociedade comunista, a única capaz de enterrar definitivamente a sociedade burguesa.

O que está acontecendo agora com a sociedade burguesa, que a cada momento que passa é empurrada, por causa de seu processo de decomposição, em direção a barbárie, à dissolução cada vez maior do monstro burguês.

A realidade e fenômenos que estão ocorrendo em suas entranhas nos mostram que se não ocorre a Revolução Comunista, a sociedade burguesa acabará pulverizada na barbárie.

Extraído do “Masas” boliviano nº 2102 de 10/10/2008

Como disseemos o sangue não chegou ao rio

O conflito governo/oposição desenvolve-se no quadro do respeito à ordem social estabelecida, ou seja, ao modo de exploração capitalista. É por isso que tudo acaba em bravata, em alguns momentos tensos e até violentos que fazem as pessoas que não acompanham de perto exclamar que esta vindo uma guerra civil ou que está em gestação um golpe civil-departamental impulsionado pelos EUA. Que Evo não é santo de devoção do governo norte-americano é evidente, que a embaixada ianque incentiva a oposição de direita, não existem dúvidas, mas, por isso, afirmar que pode prosperar um golpe de Estado fascista sustentado pelo imperialismo é uma grande estupidez. Evo continua sendo para os norte-americanos a melhor carta apesar da sua postura “anti-imperialista”. Devemos entender que cívicos e governo são irmãos de sangue e que, embora um deles se imponha sob pressão sobre o outro, isso não terá nenhum efeito sobre a continuidade da ordem burguesa.

O levantado cerco à Santa Cruz e rebelião dos setores radicais. Dirigentes do MAS fazem esforços para encobrir os verdadei-

ros objetivo dos explorados do campo.

Já disseemos que a luta dos camponeses contra a “Meia-Lua” é o choque da pequena propriedade de terra contra os grandes latifúndios, agora nas mãos da classe dominante oriental. Não é um movimento isolado do problema central indígena neste país, que está sintetizado no problema da terra, ainda que teóricos indigenistas façam esforços para desviá-la para componentes puramente culturais ou de outros tipos de reivindicações. O atual movimento camponês está ligado à longa luta dos explorados do campo para liquidar o latifúndio que sobrevive à reforma agrária “movimentista” e que se tornou a base material que sustenta a existência de uma classe dirigente despótica pré-histórica.

Se assim entendermos o problema, é certo que a militância que sitiava a cidade, embora inicialmente mobilizada e organizada pelos limitados objetivos (que encarnam os interesses) do governo do MAS, levavam em suas entranhas, como potencial, a sua tradição (sua história é a história da luta pela ancestral

posse da terra). Sobre esta premissa se baseia a possibilidade de que o cerco poderia levar a uma diminuição do controle político do MAS da ala mais radical do movimento e poderia levar não só à ocupação da cidade, mas também dos latifúndios e dos grandes empreendimentos industriais claramente identificados como posses dos chefes cívicos e políticos da região.

Ocorreu realmente o fenômeno da rebelião das alas mais radicais, o governo perdeu o controle sobre elas (apesar das pressões exercidas contra eles) e elas continuaram com as ações até 24 horas depois. Estes setores formados principalmente pelos colonos exigiram tomar a cidade e acabar definitivamente com a “Meia-Lua”.

A rebelião não teve força suficiente e esteve ausente uma liderança capaz de dar uma clara perspectiva política, acabou diluindo-se pela pressão da grande maioria que já se desmobilizara e pelas suas necessidades materiais, como os mantimentos que o governo já não garantia.

É compreensível que os colonizados se tornassem a vanguarda da rebelião. Este setor está em constante atrito com os

grandes proprietários de terras e, por sua origem ocidental, desde o início, foram vítimas da arrogância dos oligarcas (que permanentemente dilapidam as suas posses de terras), além da discriminação racial.

Os caciques camponeses oficialistas têm se esforçado para encobrir os verdadeiros objetivos dos explorados com reivindicações que interessavam ao governo para se potenciar nas negociações com a “Meia-Lua”, em Cochabamba. Aparentemente, os camponeses não foram além da exigência de respeito ao texto integral da Constituição oficialista, exigindo a devolução dos bens do Estado, tomados pelas hordas da “Meia-Lua”, a prisão de Leopoldo Fernandez pelo massacre de Porvenir, etc.

Os mais recentes informes sobre estes setores radicais indicam que existe uma sensação de frustração, para muitos o fim do cerco por pressão do oficialismo foi uma traição, embora tentassem disfarçar a manobra como uma simples “suspensão” até 15 de Outubro.

(Extraído do “Masas” boliviano nº 2101 de 03/10/2008)

O MAS em um impasse sem saída

A limitação da política do MAS reside na sua abordagem sobre a possibilidade de realizar grandes mudanças no quadro do capitalismo e sujeito às leis burguesas a isso chamou “revolução democrática e cultural”. Concebe como “mudanças estruturais” pequenos ajustes nas atuais formas de propriedade existentes, como a redução do tamanho dos latifúndios, sendo esta sua abordagem mais ousada.

No entanto, consegue que grandes camadas de explorados acreditem que a sua política é revolucionária e que a Constituição do MAS é o instrumento de sua libertação. É por isso que as chamadas “Organizações Sociais” realizam mobilizações contra a direita em diferentes regiões do país.

Além disso, a crise política na Bolívia tem suscitado preocupação nos países membros da UNASUL, OEA, ONU, frente à possibilidade de que as posições irredutíveis poderiam levar a ações armadas que terminem por desestabilizar a região e pôr em perigo o regime burguês. Assim, enviaram famosos representantes para fazer o papel de “fiador” das negociações que foram instaladas em Cochabamba, sem que formalizasse qualquer acordo. Para estas organizações internacionais, “a preservação da democracia” significa respeito à ordem burguesa.

Neste cenário, o governo aparece como prisioneiro de sua própria política burguesa (defesa do legalismo burguês e da propriedade privada), das organizações sociais (a ação direta é absolutamente ilegal), da direita que continua sobrevivendo graças às limitações da política governamental e da pressão internacional. Cada um destes fatores atua para se impor no cenário e obrigar o governo a adotar atitudes contraditórias e muitas vezes estúpidas, atitudes que inevitavelmente o condenam a se chocar com uns ou com outros.

Ceder à pressão da direita, abrindo um debate sem limites sobre a Constituição do MAS, implicaria colidir com as “suas” organizações sociais, cujos setores radicais já ameaçam fugir da influência governamental; ceder à ação direta como o cerco ao Parlamento, fatalmente o empurraria a colidir com a pres-

são internacional e a oposição de direita. Temos de concordar que não é nada “democrático” ocupar um dos braços do Estado. Ceder à direita no que diz respeito a limitar os processos dos cívicos ou expandir estes processos para agradar os líderes das “organizações sociais”, que também têm ocupado instituições públicas e causaram mortes como em Cochabamba e Sucre, por exemplo, significaria voltar contra si um poderoso movimento social que o próprio governo gerou.

A única solução lógica para este impasse seria que, de uma vez, definisse uma política coerente: ou joga no lixo as leis burguesas e assume a ação direta das massas para transformar radicalmente o país, ou se toma o caminho oposto, se choca com as organizações sociais e impede suas ações.

Pela natureza burguesa deste governo, não é difícil resolver o dilema colocado. O respeito pela grande propriedade privada dos meios de produção, o submetimento às leis burguesas e à pressão internacional, o empurrar inevitavelmente a se chocar com as organizações sociais mobilizadas. Poderá controlar alguns setores, mas há outros mais radicais, como aconteceu no cerco de Santa Cruz, que tendem a escapar ao controle do governo. Não está longe a possibilidade de que o Estado utilize a repressão e rios de sangue para submeter os descontrolados.

A forma como as negociações terminaram em Cochabamba mostra que a única coisa que fez foi mover o confronto para o parlamento. A “Meia-Lua” e a direita como um todo, entrincheirados em sua “maioria do Senado”, continuará sobrevivendo e as “organizações sociais” não terão outro caminho senão ocupar o Legislativo com um custo político muito elevado para o governo frente à opinião de seus aliados internacionais. Então continuará a disputa sobre se a futura convocatória para o referendo resolutivo é legal, ou ilegal.

Em suma, o governo é uma vítima da sua política incoerente e contraproducente.

(Extraído do Masas Boliviano nº 2102 de 09/10/2008)